
***Goldman Sachs do
Brasil Banco Múltiplo
S.A.***

***Demonstrações financeiras
consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Goldman Sachs do Brasil
Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A e sua controlada em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com



Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

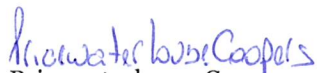


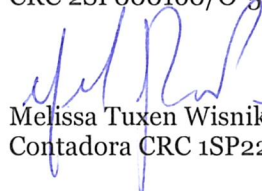
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Balço patrimonial consolidado

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Ativo	Nota Explicativa	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa e equivalentes de caixa	9	6.208	97.383	Passivos financeiros para negociação		-	1.275.174
				Instrumentos financeiros derivativos	10 (d)	-	1.275.174
Ativos financeiros para negociação		-	3.051.461				
Títulos e valores mobiliários	10 (c)	-	2.217.982	Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		4.252.282	-
Instrumentos financeiros derivativos	10 (d)	-	833.479	Instrumentos financeiros derivativos	10 (d)	4.252.282	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		10.840.195	-	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		4.638.832	2.855.129
Aplicações no mercado aberto	10 (a)	3.015.633	-	Depósitos de clientes e instituições financeiras	14 (a)	582.464	456.634
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10 (b)	78.163	-	Captações de mercado aberto	14 (b)	988.053	1.034.919
Títulos e valores mobiliários	10 (c)	4.573.784	-	Obrigações por empréstimos	14 (c)	3.068.315	1.363.576
Instrumentos financeiros derivativos	10 (d)	2.813.739	-				
Operações de crédito	10 (e)	358.876	-	Obrigações fiscais		107.945	51.300
				Imposto de renda e contribuição social – Corrente	28 (d)	13.279	-
Empréstimos e recebíveis		-	2.521.123	Imposto de renda e contribuição social – Diferido	28 (b) (e)	63.371	40.194
De clientes		-	6	Outras	28 (d)	31.295	11.106
Do Banco Central do Brasil	10 (a)	-	2.521.117				
				Outros passivos	15	752.340	309.567
Ativo imobilizado	11	20.294	23.932				
				Total do Passivo		9.751.399	4.491.170
Ativos fiscais		9.646	18.061	Patrimônio Líquido		1.741.410	1.582.737
Outros		9.646	18.061	Capital social	17 (a)	1.383.596	1.383.596
Outros ativos	13	616.466	361.947	Reservas de capital	17 (b)	33.212	33.212
				Reservas de lucros	17 (c)	324.602	165.929
Total do Ativo		11.492.809	6.073.907	Total do Passivo e Patrimônio líquido		11.492.809	6.073.907

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Demonstração consolidada do resultado

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Receitas de juros de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no resultado e similares	20	477.321	542.655
Despesas de juros e similares	21	(419.062)	(344.556)
Receita líquida de juros		58.259	198.099
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	23	592.323	351.153
Ganhos (perdas) líquidas de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado	22	99.896	(124.871)
Ganhos (perdas) cambiais, líquidos		(17.275)	148.391
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis	6 (a)	104.694	-
Despesas de pessoal	26	(291.046)	(231.499)
Outras despesas administrativas	27	(108.467)	(86.072)
Outras receitas operacionais	24	7.441	20.860
Outras despesas operacionais	25	(59.744)	(39.281)
Lucro operacional antes da tributação		386.081	236.780
Imposto de renda e contribuição social corrente	28 (a)	(100.861)	(19.332)
Imposto de renda e contribuição social diferido	28 (b)	(27.273)	60.059
Lucro líquido do exercício		257.947	277.507
Resultado abrangente do exercício		257.947	277.507

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	Capital	Outras reservas de capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016	1.383.596	33.212	-	-	(31.578)	1.385.230
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	277.507	277.507
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	277.507	277.507
Pagamento do plano baseado em ações	-	-	-	-	9.516	-
Repagamento do plano baseado em ações	-	-	-	-	(9.516)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,06 por ação)	-	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Destinações:	-	-	13.138	152.791	-	-
Reserva Legal	-	-	13.138	-	(13.138)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	152.791	(152.791)	-
Em 31 de dezembro de 2017	1.383.596	33.212	13.138	152.791	-	1.582.737
Mudanças na adoção inicial do IFRS 9	-	-	-	726	-	726
Saldos em 01 de janeiro de 2018	1.383.596	33.212	13.138	153.517	-	1.583.463
Saldos em 01 de janeiro de 2018	1.383.596	33.212	13.138	153.517	-	1.583.463
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	257.947	257.947
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	257.947	257.947
Pagamento do plano baseado em ações	-	-	-	-	14.373	-
Repagamento do plano baseado em ações	-	-	-	-	(14.373)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,07 por ação)	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Destinações:	-	-	11.879	146.068	(157.947)	-
Reserva Legal	-	-	11.879	-	(11.879)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	146.068	(146.068)	-
Em 31 de dezembro de 2018	1.383.596	33.212	25.017	299.585	-	1.741.410

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	Nota Expli- cativa	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Atividades operacionais - caixa líquido proveniente (utilizado)		(1.800.694)	(124.526)
Lucro líquido do exercício ajustado		153.354	224.770
Lucro líquido do exercício		257.947	277.507
Ajustes ao lucro líquido:		(104.593)	(52.737)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalente de caixa		(395)	18.548
Reversão de provisões operacionais		(1.082)	(3.378)
Outras receitas e despesas operacionais		(7.346)	(13.451)
Depreciação e amortização	11	5.106	7.398
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(104.694)	-
Constituição de provisão para litígio trabalhista		10	1.037
Participações nos lucros		5.067	4.186
Provisão para impostos e contribuições diferidos	28 (b)	23.645	(60.058)
Baixa do ativo imobilizado de uso		30	125
Juros não recebidos		(5.446)	-
Despesa do plano de pagamento baseado em ações		(19.488)	(7.144)
(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais:		(1.954.048)	(349.296)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	10	(5.430.718)	87.394
Empréstimos e recebíveis		-	(1.499.625)
Outros ativos	13	(134.058)	140.003
Passivos financeiros ao valor justo no resultado		2.977.108	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	14	100.761	1.055.288
Outros passivos	15	540.199	(158.682)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(80.963)	(22.743)
Juros recebidos		169.272	226.953
Juros pagos		(95.649)	(177.884)
Atividades de investimento - caixa líquido proveniente (utilizado)		(1.468)	(811)
Aquisição/alienação de imobilizado		(1.533)	(934)
Baixa de ativo imobilizado		65	123
Atividades de financiamento - caixa líquido proveniente (utilizado)		1.710.592	(345.629)
Captação em obrigações por empréstimos	14 (c)	1.778.592	(263.629)
Juros sobre capital próprio pagos		(68.000)	(82.000)
(Aumento)/redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(91.570)	(470.966)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	97.383	586.897
Varição cambial de caixas e equivalentes de caixa		395	(18.548)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	6.208	97.383
(Aumento)/redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(91.570)	(470.966)

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

1) Contexto operacional

O Consolidado Goldman Sachs (“Consolidado”) é composto pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) e por sua subsidiária integral Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), instituições financeiras privadas, constituídas sob a forma de Sociedade Anônima, autorizadas a operar como banco múltiplo com a carteira de investimento, carteira de crédito e financiamento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio, bem como a prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros que investem no País. O Consolidado está localizado na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, na cidade de São Paulo, Brasil.

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs (“Grupo”), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008 o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (atual B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão (“B3”)), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008 o Banco Central do Brasil (“BACEN”) autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 a autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno.

Em 27 de março de 2019, o Comitê de Auditoria revisou e aprovou as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Consolidado foram elaboradas em atendimento à Resolução nº 3.786/2009 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que estão obrigadas a constituir comitê de auditoria, devem elaborar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)) a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Conforme Resolução do BACEN nº 3.198/2004 emitida pelo CMN, o Consolidado constituiu o Comitê de Auditoria em Assembleia Geral Extraordinária no dia 29 de janeiro de 2016, quando o patrimônio de referência (PR) superou o montante de R\$1 bilhão nos dois exercícios sociais de 2014 e 2015.

Diante do acima exposto, o Consolidado passou a elaborar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas do IFRS a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 comparativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as *IFRS* e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e traduzidas para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* (IASC Foundation).

3) Práticas contábeis e critérios de apuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3.1) Base para consolidação

- **Controlada**

Controladas são todas as entidades nas quais o Consolidado detém o controle. O Consolidado controla uma entidade quando está exposto, ou tem direito a retorno, às variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Consolidado. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Consolidado deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras da entidade sobre a qual o Consolidado exerce controle estão consolidadas. As operações entre empresas do Consolidado, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados no processo de consolidação. As práticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pelo Consolidado.

- **Escopo de consolidação**

Nome da Companhia	País de Registro	Segmento	Participação total (em %)	
			Participação em capital votante	Participação em capital social
Goldman Sachs do Brasil CTVM S.A.	Brasil	Financeira	100,00	100,00

3.2) Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

- **Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2018**

D) **IFRS 9** – Pronunciamento que substitui o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e está sendo adotada de forma prospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Transição para a IFRS 9

As principais mudanças identificadas pelo Consolidado em virtude da adoção da IFRS 9 estão relacionadas à (a) classificação e mensuração e (b) redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

a) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

A IFRS 9 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test) para a classificação de ativos financeiros.

- **Modelo de Negócios:** é determinado em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo das intenções da administração em relação a um instrumento individual. Dessa forma, representa se fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros ou ambos; e
- **SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros.

O Consolidado realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção da IFRS 9 são:

- As categorias de classificação de ativos financeiros Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir.
- Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros:
 - (1) **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
 - (2) **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Nenhuma operação foi enquadrada nessa categoria; e
 - (3) **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os Derivativos e os demais ativos financeiros do Consolidado.

O Consolidado manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

b) Redução ao Valor Recuperável (impairment)

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil do Consolidado para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 – Perdas de crédito esperadas para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito e sem problemas de recuperação de crédito na originação;
- Estágio 2 – Perdas permanentes de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro: Aplicável aos ativos financeiros com um aumento significativo no risco de crédito, mas que não foram originados com problemas de recuperação; e
- Estágio 3 – Perdas permanentes de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de crédito: Aplicável aos ativos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito devido à ocorrência de um ou mais eventos que tenham um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Para ativos financeiros que não são originados com problemas de recuperação, mas que posteriormente se tornaram com problemas de recuperação, difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) em vez do valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

As mudanças mais significativas identificadas pelo Consolidado na adoção da IFRS 9 estão relacionadas à classificação e mensuração de ativos financeiros. O quadro abaixo apresenta os efeitos no patrimônio líquido na aplicação inicial do IFRS 9:

<u>Patrimônio Líquido antes dos ajustes de IFRS 9 - 31/12/2017</u>	1.582.737
<u>Remensurações de ativos financeiros</u>	
Remensuração de ativos decorrentes de novas categorias	1.319
(-) Efeito fiscal dos ajustes	(594)
<u>Patrimônio Líquido após os ajustes de IFRS 9 - 01/01/2018</u>	1.583.462

O quadro abaixo apresenta a classificação dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e a nova classificação, de acordo com o IFRS 9:

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Classificação original de acordo com o IAS 39 - 31/12/2017	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Remensurações	Saldo em IFRS 9 01/01/2018	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Empréstimos e Recebíveis	2,521,117	2,521,117	1,319	2,522,437	Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)
Ativos Financeiros para Negociação	3,051,461	3,051,461	-	3,051,461	Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)
Passivos Financeiros para Negociação	1,275,174	1,275,174	-	1,275,174	Passivos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)

II) **IFRS 15** – Receitas de contratos com clientes: O pronunciamento substitui a IAS 18 – Receita e IAS 11 – Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis do Consolidado.

• Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em exercícios futuros

I) **Alteração da Estrutura Conceitual** – Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*), sendo que as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

II) **IFRS 16** – Arrendamentos – O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. A transição para a IFRS 16 acarretará uma variação não superior a 1% do Patrimônio Líquido.

3.3) Conversão em moeda estrangeira

• Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (“moeda funcional”). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira da entidade consolidada estão expressos em Reais.

• Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeiras e são convertidas à moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os itens ativos e passivos monetários são convertidos pelas taxas de câmbio no final de cada período referentes ao ativo e passivo monetário em moedas estrangeiras.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento em vigor na data do balanço patrimonial.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e conversões são reconhecidos pelas taxas de câmbio no final de cada período, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras nas demonstrações consolidadas do resultado.

3.4) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em contas correntes e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

3.5) Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de item não designado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

D) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Consolidado passou a aplicar a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test*).

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Consolidado considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às condições previstas no *SPPI Test*, além do modelo de negócio, e não seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos instrumentos mensurados ao custo amortizado, os juros auferidos são apurados mediante aplicação do método de juros efetivos, deduzindo a amortização do principal e juros, ajustados das provisões para perda de crédito esperada.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Consolidado estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O Consolidado classifica a hierarquia de valor justo conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na nota 8.

O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Perdas líquidas de ativos e passivos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Perda de Crédito Esperada

O Consolidado avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isso não altera substancialmente seus termos e condições, o Consolidado não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original e os efeitos da modificação são reconhecidos no resultado.

Quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Consolidado baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, consequentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

O Consolidado também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar o envolvimento contínuo relacionado à transação.

Se houver a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

II) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** classificação aplicada a derivativos. O Consolidado poderá designar passivos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento.

Baixa e Modificação de Passivos Financeiros

O Consolidado baixa um passivo financeiro do Balanço Patrimonial Consolidado quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer.

Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro é contabilizada como extinção do passivo financeiro original e um novo é reconhecido.

Uma modificação substancial dos termos contratuais ocorre quando o valor presente do desconto dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas/recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restante do passivo financeiro original.

3.6) Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros devem ser compensados, isto é, apresentados pelo valor líquido nos balanços patrimoniais consolidados, se (i) existir um direito legal corrente e executável para liquidar o montante por seu saldo líquido e (ii) se houver a intenção de liquidação simultânea do ativo e do passivo.

3.7) Arrendamentos

Os arrendamentos são contabilizados de acordo com o IAS 17 – Arrendamentos e o IFRIC 4 e são divididos em operacionais e financeiros.

No leasing operacional, os riscos e benefícios da propriedade do bem arrendado recaem sobre o arrendador. Os pagamentos efetuados são debitados pelo método linear no resultado do período através do período do aluguel.

No leasing financeiro, os riscos e benefícios da propriedade do bem são transferidos para o arrendatário, sendo o bem contabilizado no ativo do arrendatário no início da operação pelo menor valor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos. Com contrapartida há o registro de um passivo, sendo este atualizado pela taxa de juros implícita na transação.

O Consolidado detém somente arrendamentos operacionais, na condição de arrendatário, não desempenhando a função de arrendador.

3.8) Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens. O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil-econômica do bem:

<u>Item</u>	<u>Vida útil estimada</u>
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Equipamentos de comunicação	05 anos
Instalações	Prazo do contrato

O Consolidado, anualmente ou quando houver qualquer evidência, avalia se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

3.9) Provisões para passivos contingentes e obrigações legais

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Consolidado tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados; e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Consolidado, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído no mesmo grupo de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como “Despesas de juros e similares”.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

3.10) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos (“impostos sobre a renda”). Os impostos sobre a renda são reconhecidos nas demonstrações consolidadas dos resultados, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro tributável.

A Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015 (“Lei”), referente à conversão da Medida Provisória nº 675, de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e das instituições financeiras, dentre elas as corretoras de valores mobiliários.

Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.

Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2018 o Consolidado manteve registrado: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Dessa forma, foi considerada alíquota nominal de 15% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

Para atendimento aos requerimentos do IAS 12, é efetuada a compensação de um imposto diferido ativo contra um imposto diferido passivo se, e apenas se, estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e houver um direito por força de lei de compensar os impostos correntes ativos contra os impostos correntes passivos.

3.11) Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos totalmente dentro de doze meses após o final do exercício em que os serviços foram prestados. A contabilização é direta e as respectivas obrigações são mensuradas em bases não descontadas. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para a seguridade social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

(b) Benefícios pós-emprego

Correspondem aos benefícios que serão pagos após o período de emprego. O Consolidado somente disponibiliza aos seus funcionários os planos de contribuição definida.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Um plano de contribuição definida é aquele onde o Consolidado faz aportes a uma entidade separada, onde não há responsabilidade do Consolidado (legal ou construtiva) de fazer aportes adicionais, caso o fundo não tenha recursos suficientes para pagar todos os funcionários, isto é, os riscos recaem sobre o empregado.

(c) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pelo Consolidado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca do respectivo benefício. Estes benefícios são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas se as entidades estiverem dispostas e comprometidas com a rescisão, geralmente através de um plano formal e detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados ao seu valor presente.

O Consolidado disponibiliza assistência médica pós-emprego aos seus funcionários como forma de benefícios rescisórios, de acordo com as regras definidas na convenção coletiva das Instituições Financeiras.

3.12) Plano de pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Consolidado participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de opções de ações de incentivos e de unidades de ações restritas (RSUs) por serviços prestados à empresa. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa do valor justo do serviço recebido auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*), que tem como referência o valor justo das opções na data da outorga excluindo os impactos de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não sejam variáveis de mercado.

O Grupo Inc. paga equivalentes de dividendos em dinheiro em RSUs em circulação. O Consolidado firmou contrato de reembolso com o Grupo Inc. sob o qual está comprometido a pagar o valor justo na data de concessão, bem como movimentos subsequentes no valor justo desses prêmios para o The Goldman Sachs Grupo Inc. no momento da entrega das RSUs para seus funcionários.

As variações da marcação a mercado (MTM) e as variações cambiais das RSUs são registradas contabilmente no passivo em contrapartida ao resultado do exercício.

3.13) Reconhecimento de receitas e despesas

(a) Receitas e despesas de juros e similares

As receitas e despesas de juros e similares que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

Este método calcula o custo amortizado de um instrumento financeiro e aloca a receita ou despesa de juros durante a duração do respectivo instrumento. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados pela vida esperada do instrumento ou quando apropriado por um período

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

menor. Quando do cálculo dessa taxa, o Consolidado estima os fluxos de caixa, levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento, mas sem considerar futuras perdas de crédito. O cálculo inclui todas as taxas e comissões diretamente atribuíveis à operação.

(b) Receitas de comissões e prestação de serviços

As comissões e prestações de serviços recebidas são reconhecidas nas demonstrações consolidadas dos resultados utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado quando recebidas ou pagas;
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros cuja ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar. O recebimento deste tipo de comissão é auferido em prestações de serviço de assessoria financeira.

3.14) Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Consolidado pode declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial. Os dividendos são contabilizados como um passivo no final de cada exercício.

Os dividendos e os juros sobre capital próprio são calculados e pagos de acordo com o resultado das Demonstrações Financeiras individuais das entidades consolidadas, que respeitam as normas contábeis brasileiras e regulamentações das instituições financeiras, e não com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS.

4) Estimativas contábeis críticas

A posição financeira e o desempenho do Consolidado são influenciados pelas práticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos da Administração.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Todas as estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as melhores estimativas de acordo com as regras aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas e baseadas em experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas dos eventos futuros.

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam maior impacto nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

(a) Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação comercial entre partes cientes. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um determinado instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo incluem principalmente valores mobiliários classificados como ativos financeiros mantidos para negociação, inclusive instrumentos financeiros e derivativos.

Caso não haja um preço de mercado disponível para o instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares (dados observáveis) ou com base em técnicas de avaliação usadas no mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado, como segue:

- Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps “*vanilla*” e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (DIs, DDIs Futuros e etc.).

- Modelo *Black & Scholes* de avaliação de instrumentos financeiros (principalmente operações de opções e swaps exóticos): determinadas informações observáveis de mercado, tais como a diferença entre a oferta de compra e a de venda (*bid-offer spread*), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado são utilizadas como “*inputs*” no modelo *Black-Scholes* com o propósito de se apurar o valor justo dos instrumentos financeiros avaliados sob este modelo.

Mais informações sobre os ativos e passivos financeiros estão descritas na nota explicativa 8 – Valor justo de ativos e passivos financeiros

(b) Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas decorrentes dos ativos financeiros não mensurados ao valor justo levam em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o Consolidado não registrou perda do valor recuperável de ativos financeiros.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(c) Mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado

O Consolidado apresenta como prática a verificação da existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração envolve critérios subjetivos de avaliação, tais como: análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

(d) Provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

As provisões são decorrentes de eventos passados e constituídas com base em processos judiciais onde é provável a saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes nos tribunais e a relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas considerando as alterações das circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Mais informações sobre provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas estão descritas na nota explicativa 16 – Provisão para passivos contingentes e obrigações legais.

5) Gerenciamento de capital

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A política de gerenciamento de capital do Consolidado visa manter o capital adequado em condições normais e de estresse, administrar as posições de risco, mensurar esses riscos e ter procedimentos e políticas de gestão de risco conservadores e dinâmicos que permitam gerir as posições de liquidez e o capital em qualquer ambiente, minimizando os efeitos no desempenho financeiro do Consolidado.

O Consolidado se utiliza da sua estrutura de governança corporativa para supervisionar as atividades de gerenciamento de capital, reduzir possíveis deficiências de capital e assegurar o cumprimento das políticas em vigor.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Consolidado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Consolidado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Consolidado; e
- Os instrumentos de capital.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

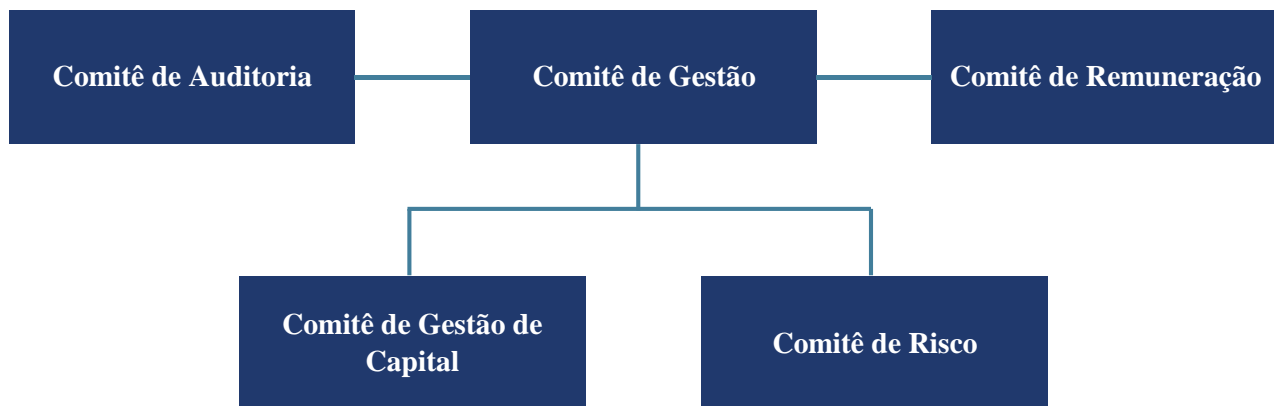
Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Estrutura de Governança

A Diretoria do Consolidado é responsável pela supervisão geral de risco, tanto diretamente, quanto através do Comitê de Risco.

Há uma série de comitês dentro do Consolidado que supervisionam ou tomam as decisões em relação às atividades de gestão de risco. De um modo geral, o Consolidado estabelece procedimentos para os comitês, com o intuito de garantir que as devidas segregações de funções estejam em prática.

De acordo com o Artigo 40 da Resolução do CMN nº 4.557/2017, as estratégias e políticas de gestão de capital, bem como o plano de capital, deverão ser aprovados e revisados anualmente, no mínimo, pelo Comitê de Gestão, a fim de determinar se estão alinhados com o planejamento estratégico do Consolidado e com as condições de mercado.



• Comitê de Gestão

O Comitê de Gestão é responsável por supervisionar as atividades do Consolidado, incluindo as funções de controle de risco no Brasil, bem como:

- Coordenar esforços entre as divisões de negócios e de suporte;
- Revisar e aprovar certas políticas e procedimentos do Consolidado;
- Revisar iniciativas que impactam o Grupo;
- Supervisionar o Comitê de Risco;
- Receber e apresentar os relatórios regulatórios de sua competência.

• Comitê de Gestão de Capital (CMC)

O Comitê de Gestão de Capital do Consolidado (“CMC”) possui a missão de promover um fórum de discussão e de tomada de decisões para todos os assuntos relativos a capital, incluindo a definição e a aprovação de alterações propostas à Política de Gestão de Capital e à supervisão do processo de planejamento de capital do Consolidado. O CMC é responsável pela manutenção dos elevados padrões e boas práticas de negócio, incluindo a gestão do risco reputacional. Dentre seus deveres e atribuições, destacam-se:

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- Cumprimento às regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e pelo Bacen, entre as quais:
 - Monitorar os limites mínimos de capital determinados pelo CMN e pelo Bacen;
 - Estabelecer os limites e índices internos de capital e os níveis de alerta;
 - Verificar a conformidade dos controles internos com os requisitos regulatórios sobre capital;
 - Revisar o relatório trimestralmente vis-a-vis o disposto no plano de capital;
 - Revisar as premissas básicas e metodologias utilizadas no cálculo dos limites de capital;
 - Assessorar o Comitê de Gestão no que diz respeito às medidas a serem adotadas quando os índices internos e níveis de alerta forem atingidos.

- Iniciativas internas que podem afetar os limites de capital, incluindo:
 - Atribuir capital regulatório às unidades de negócios;
 - Revisar novos negócios e iniciativas que possam ter impacto significativo nas exigências de capital.

- **Comitê de Risco**

O Comitê de Risco é responsável pelo monitoramento e controle constantes de todos os riscos financeiros, de crédito e operacionais associados às atividades do Consolidado, e foi encarregado de supervisionar:

- A implantação de uma gestão de risco eficaz (incluindo, mas não limitado ao risco de mercado, crédito, operacional e liquidez);
 - Revisar as atividades comerciais do Consolidado, incluindo a liquidez;
 - Assegurar a gestão eficaz dos riscos dos novos negócios e produtos;
 - Revisar e acompanhar o risco de mercado, o risco de crédito, o risco operacional e o risco de liquidez;
 - Supervisionar os sistemas e controles de suporte ao negócio;
 - Garantir a conformidade com as regulamentações locais relevantes relacionadas aos sistemas e controles de suporte ao negócio;
 - Avaliar as normas e as práticas do negócio, incluindo a gestão de riscos reputacionais;
 - Revisar a posição do capital regulatório do Consolidado;
 - Supervisionar os sistemas e controles de apoio ao negócio, incluindo BCP (Plano de Contingência) e serviços prestados ao Consolidado;
 - Promover um ambiente abrangente e robusto de controle interno alinhado com a estratégia global;
 - Implementar o cumprimento das exigências regulatórias e legais.
-
- **Comitê de Auditoria**

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004 (conforme alterada), foi instalado o Comitê de Auditoria Único do Conglomerado (“Comitê”), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 9 de março de 2016.

Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Consolidado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

• Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração do Consolidado é um órgão estatutário criado nos termos da Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2010, mas tornando-se obrigatório para o Consolidado apenas a partir da constituição do Comitê de Auditoria, instalado em 31 de março de 2016. O Comitê de Remuneração reporta-se diretamente à Diretoria.

Dentre seus deveres e atribuições, destacam-se:

- Elaborar a política de remuneração dos administradores do Consolidado (“política de remuneração”), propondo à Diretoria as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- Supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração;
- Revisar anualmente a política de remuneração, recomendando à Diretoria a sua correção ou aprimoramento;
- Propor à Diretoria o montante da remuneração global dos administradores; avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração;
- Analisar a política de remuneração em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;
- Zelar para que a política de remuneração esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada do Consolidado e com o disposto na legislação e regulamentação em vigor; e
- Elaborar relatório ao final de cada exercício fiscal, de acordo com os termos da legislação e regulamentação em vigor.

(a) Estrutura de capital

O Acordo de Basiléia, denominado Basiléia III, que trata do estabelecimento de critérios mais adequados ao nível de riscos associados às operações conduzidas pelas instituições financeiras para fins de requerimento de capital regulamentar, está estruturado em 3 pilares:

Pilar 1 – Capital Mínimo Requerido: o novo conceito mantém o requerimento mínimo de 9,25% para os ativos ponderados pelo risco.

Pilar 2 – Revisão no Processo de Supervisão: o Supervisor Bancário é o responsável por avaliar como os bancos estão estimando a adequação de suas necessidades de capital em relação aos riscos assumidos.

Pilar 3 – Disciplina de Mercado (*Disclosure*): estimula maior disciplina do mercado através do aumento da transparência dos bancos, para que os agentes de mercado sejam bem informados e possam entender melhor o perfil de risco do Conglomerado Prudencial.

O índice de adequação de capital no Brasil é atualmente de 9,25%, decaindo gradualmente até 8% em 2019, e tem por objetivo garantir que o Patrimônio de Referência seja suficiente para cobrir os riscos decorrentes de operação com ativos e passivos, bem como daqueles registrados em contas de compensação, assegurando à cobertura das exposições aos diversos riscos.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Nos termos da Resolução do CMN nº 4.192/13 (conforme alterada), o Patrimônio de Referência é composto basicamente pelo somatório do capital de nível I, que compreende o capital e as reservas reconhecidas, e do capital de nível II, que contempla as reservas de reavaliação, instrumentos híbridos e dívidas subordinadas.

O cálculo do capital regulatório do Conglomerado Prudencial Consolidado para a cobertura de risco baseia-se na Resolução do CMN nº 4.193/13 (conforme alterada), que dispõem sobre os critérios de apuração do Patrimônio de Referência (PR). O PR é composto pelas parcelas de risco de crédito, risco de mercado – composto pelos riscos das exposições em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial, das operações sujeitas à variação das taxas de juros, das operações sujeitas à variação do preço de *commodities*, das operações sujeitas à variação do preço de ações – e risco operacional. O cumprimento dos limites acerca do capital regulatório é estritamente observado e seguido pela administração e monitorado diariamente pela área de Riscos. O Índice de Basileia monta em 26,21% em 31 de dezembro de 2018 e 21,96% em 31 de dezembro de 2017.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Capital de nível 1		
Capital principal		
Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	1.706.622	1.548.833
Outras receitas e outras reservas	33.212	33.212
Ajustes prudenciais		
Créditos Tributários	(13.995)	(37.468)
Total do capital qualificado para o nível 1	1.725.839	1.544.577
Patrimônio de referência – PR	1.725.839	1.544.577
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	6.585.484	7.033.682
RWA risco de crédito	2.915.892	4.494.684
RWA risco de mercado	2.460.042	1.442.026
RWA risco operacional	1.209.550	1.096.972
Índice de Basileia	26,21%	21,96%

O Conglomerado Prudencial não possui instrumentos híbridos de capital e dívida, instrumentos de dívida subordinada ou demais instrumentos financeiros autorizados pelo BACEN a integrar os Níveis I e II do PR, bem como participação em instituição financeira no exterior ou excesso de recursos aplicados no Ativo Permanente onde seja necessária qualquer dedução conforme a Resolução CMN nº 4.192/2013.

Limite de exposição por cliente: nos termos da legislação em vigor, o limite máximo de exposição por cliente é de 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial, nas

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

seguintes situações: contratação de operações de crédito e de arrendamento mercantil, prestação de garantias, créditos decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos, operações de subscrição para revenda, garantia de subscrição e aplicação em títulos e valores mobiliários, incluindo ações e aplicações interfinanceiras de liquidez.

A adequação de capital tem por objetivos cumprir os requerimentos de capital assim como definidos no Acordo de Basileia, manter uma base de capital sólida para sustentar o desenvolvimento dos negócios e assegurar a habilidade do Consolidado em prover retorno aos seus acionistas.

A meta do Consolidado é manter um nível de capital próprio que exceda os índices mínimos de capital regulatório exigidos nos termos da legislação em vigor, com um *buffer* que reflita o ambiente de mercado, o *mix* de negócios e as futuras alterações regulatórias de capital.

Limite de Exposição Cambial: De acordo com o artigo 1 da Resolução 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio Líquido do Conglomerado Financeiro. O limite também abrange exposições cambiais de subsidiárias e dependências localizadas no exterior. O cumprimento de tal limite é diariamente observado e seguido pelo Conglomerado.

(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital (“CCP”) que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delinea procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

O Consolidado estabeleceu indicadores de alerta prévio relacionados ao capital no Plano de Contingência de Capital, que são monitorados diariamente, quais sejam:

- **Índice de Capital de Basileia (“Capital Ratio”):** os indicadores estabelecidos servem como alertas prévios de que os índices de capital do Consolidado estão se aproximando dos índices mínimos; e
- **Limite de Exposição por Cliente (SNL):** assegura que o Consolidado não tenha exposições superiores a 25% de seu capital regulatório vinculado a um único cliente ou grupo econômico.
- **Limite de Exposição Cambial:** assegura que o Consolidado não ultrapasse o limite máximo de exposição cambial estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio Líquido do Conglomerado Financeiro.

Dessa forma, a estratégia do Consolidado é implementar ações para reduzir riscos com antecedência suficiente em um período de retração (seja idiossincrática ou sistêmica) para evitar atingir os próximos níveis de alerta de riscos.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

6) Gerenciamento de risco – Visão geral

O Consolidado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através do qual monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões sócios-ambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

- **Governança:** A estrutura de governança do Consolidado detêm o conhecimento e a responsabilidade necessários para a tomada de decisão em questões de gestão de risco, bem como para garantir a implantação de tais decisões. A governança tem início com a Diretoria do Consolidado, que tem um papel significativo na revisão e aprovação das políticas e práticas de gestão de risco, seja diretamente ou através de seus comitês.
- **Processos:** São mantidos pelo Consolidado diversos processos, procedimentos e controles efetivos que são componentes essenciais à gestão de risco. O Consolidado aplica uma estrutura rigorosa de controles de limites para controlar riscos em diversas transações, produtos, negócios e mercados. Isso inclui o estabelecimento de limites de risco de crédito e de mercado em diversos níveis, bem como o monitoramento diário destes limites.
- **Pessoas:** A gestão de risco eficiente requer que as equipes que se envolvam na apuração e avaliações destas questões possam interpretá-las adequadamente e possam realizar ajustes contínuos ao portfólio do Consolidado.

O Comitê de Risco no Brasil (GSBRC) do Consolidado tem a missão de monitorar e controlar os riscos em todas as áreas de negócios que o Consolidado atua no Brasil ou em todas as operações afetadas pelo Brasil. As metodologias de gestão e controles de risco do Comitê são consistentes com as metodologias do Comitê de Risco do Grupo.

As obrigações e responsabilidades do Comitê são: risco de mercado, finanças, crédito, risco operacional e outros. Ao cumprir essas obrigações e responsabilidades, o Comitê deve considerar, entre outras coisas, o possível efeito de quaisquer oportunidades de negócios, transações, produtos, aquisições, investimentos, atividades ou outros assuntos (“assuntos”) sobre a reputação do Consolidado.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é a probabilidade de ocorrerem perdas associadas ao descumprimento das obrigações pactuadas em contrato entre as partes envolvidas, seja pelo tomador ou contraparte, considerando também a desvalorização do contrato assumido, devido à maior exposição ao risco pelo tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de Risco de Crédito compreende, entre outros:

- Risco da contraparte: possibilidade de não cumprimento das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros;

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- Risco país: possibilidade de perdas decorridas de tomadores localizados fora do país, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo;
- Possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- Possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

A exposição ao risco de crédito do Consolidado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é decorrente de dinheiro aplicado em bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis de corretoras, operadores, câmaras de compensação, clientes e terceiros.

A gestão de risco de crédito é um processo multifacetado que incorpora uma série de funções que requerem julgamento e conhecimento sobre os clientes, países, setores e produtos. Essas funções e processos incluem:

1. Avaliação de risco: uma avaliação da chance ou probabilidade de inadimplência por parte do cliente e da contraparte, possibilidade de recuperação, e o impacto dessa inadimplência sobre o Consolidado;
2. Mensuração do risco: cálculo da exposição de crédito atual e potencial durante a duração de uma transação ou carteira de transações e o cálculo do prejuízo resultante da inadimplência por parte do cliente ou da contraparte;
3. Aprovação transacional e definição de limite para a exposição de crédito: processo pelo qual julgamentos de crédito são feitos, limites estabelecidos e comunicados;
4. Monitoramento da conformidade com o limite de exposição de crédito: a avaliação constante da exposição de crédito relativa aos limites estabelecidos;
5. Reporte da exposição do risco de crédito e a conformidade com os limites de risco de crédito: elaboração de relatórios contendo as informações das exposições de crédito no nível das contrapartes e das carteiras para os gerentes seniores e outras partes relacionadas;
6. Gerenciamento de exposições e mitigadores de perdas: gerenciamento de transações e carteiras existentes para minimizar ou eliminar os riscos de crédito das contrapartes.

Assim, a gestão de risco de crédito é responsável por avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito no Consolidado com o intuito de antecipar potenciais deteriorações na capacidade da contraparte em honrar suas obrigações.

Identificar e avaliar o risco de crédito é uma função criticamente importante do processo de gestão de risco de crédito. O objetivo é avaliar com precisão várias medidas de risco de crédito, incluindo: exposições correntes e potenciais, o valor de mercado do risco de crédito e sua variabilidade e teste de stress. A identificação e avaliação bem-sucedida dos riscos de crédito permite que o Consolidado precifique, limite e transfira esses riscos adequadamente.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

A área de Gestão de Risco de Crédito é independente em relação às unidades geradoras de negócios, reportando-se ao diretor de risco do Banco.

O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco criam e revisam políticas e parâmetros de crédito no mesmo padrão do Grupo. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para o Consolidado e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que a empresa assuma uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, no que diz respeito a todos os produtos, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

- **Análise do risco de crédito**

Não existe uma metodologia única para avaliar o risco de crédito que possa ser aplicada a todos os produtos e situações. O Departamento de Crédito desenvolveu várias abordagens de avaliação que são adotadas de acordo com o produto específico ou área de negócio, dentre outras circunstâncias. Em todos os casos, o departamento busca ser atual e abrangente na sua avaliação de risco de crédito. As metodologias usadas para avaliar o risco de crédito são frequentemente revisadas e atualizadas com o objetivo de manter sistemas e procedimentos que sejam consistentes com as melhores práticas do setor.

O Departamento de Crédito analisa as contrapartes de acordo com uma estrutura de comitês de classificação de risco que se reúnem pelo menos mensalmente. O principal objetivo dos comitês de classificação de risco é assegurar que: a classificação interna de crédito esteja estabelecida em níveis adequados e que as análises de crédito sejam consistentes, precisas, completas e de alta qualidade. As reuniões do comitê de classificação de risco também oferecem um fórum para a discussão de tendências de crédito em um determinado setor ou segmento e são estruturados regional ou globalmente (incluindo todas as regiões).

- **Metodologias de avaliação do risco de crédito**

- **Potencial Exposição (PE)**

Potencial exposição futura, ou simplesmente potencial exposição (PE), é uma das principais métricas usadas para definir e limitar o risco de crédito. Em geral, é definido como uma estimativa do custo de reposição futura de uma transação ou carteira de transações com uma contraparte.

- **Exposição Corrente (CE)**

Exposição corrente é geralmente definida como o valor médio de mercado positivo ou a marcação a mercado atual (MTM) de uma transação ou carteira de transações com uma contraparte após a avaliação de todas as transações com a mesma contraparte.

- **Teste de Stress**

O Departamento de Crédito usa várias ferramentas de teste de stress para avaliar a sensibilidade do risco de crédito de uma contraparte, área de negócios ou setor a mudanças nos níveis de mercado. O leque das aplicações atuais inclui testes de stress regulares e pré-definidos que rodam automaticamente para todos os

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

principais produtos de derivativos OTC, bem como ferramentas flexíveis que propiciam aos usuários a capacidade de conduzir testes de stress definidos por usuário para contrapartes, grupos de contrapartes, ou todas as contrapartes globalmente. É importante observar que cada cenário de teste de stress não avalia a probabilidade estatística de um evento vir a ocorrer, mas busca avaliar a sensibilidade da carteira selecionada a um evento.

Os testes de *Stress* são realizados com regularidade para calcular exposições de crédito, incluindo possíveis impactos resultantes de mudanças nos ratings de crédito de clientes ou demais fatores de risco de crédito, tais como: taxas de câmbio, taxas de juros, preços de ações. Tais impactos incluem uma ampla gama de movimentos de mercado mais moderados e mais extremos.

- *Wrong Way Risk*

O *Wrong way risk* ocorre quando uma exposição a uma contraparte é inversamente correlacionada com a qualidade de crédito da mesma contraparte. O Departamento de Crédito distingue entre *wrong way risks* específicos, onde a exposição está contratualmente ligado de forma adversa à contraparte em si (ou seja, transações de auto referência); e *wrong way risks* gerais, que de maneira mais geral abrangem outras fontes possíveis de correlação positiva entre a exposição e a probabilidade de inadimplência de uma contraparte.

Exposição máxima ao risco de crédito

O Consolidado mede o seu risco de crédito com base nas possíveis perdas em caso de não pagamento por parte de um cliente ou deterioração das suas condições financeiras, dispondo-se de limites de crédito em diversos níveis (partes envolvidas, grupo econômico, setor, país) para controlar a dimensão de suas exposições de crédito.

A tabela abaixo mostra o pior cenário possível quanto à exposição ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não considerando a realização de qualquer garantia.

Para itens reconhecidos nas demonstrações financeiras (*on balance*), os valores contábeis são as próprias exposições máximas e estão listados abaixo:

	31 de dezembro de 2018
Caixa e equivalentes de caixa	6.208
Aplicações no mercado aberto	3.015.633
Aplicações em depósitos interfinanceiros	78.163
Títulos e valores mobiliários	4.573.784
Instrumentos financeiros derivativos	2.813.739
Operações de crédito	358.876
Valores a receber de sociedades ligadas	102.073
Total da exposição ao risco de crédito	10.948.476
	31 de dezembro de 2017
Caixa e equivalentes de caixa	97.383
Títulos e valores mobiliários	2.217.982
Instrumentos financeiros derivativos	833.479

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Empréstimos e recebíveis	2.521.123
Valores a receber de sociedades ligadas	88.111
Total da exposição ao risco de crédito	5.758.078

- **Classificação por nível de risco**

Na avaliação efetuada pelo Departamento de Crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Consolidado mantinha ativos financeiros com evidência objetiva de redução ao valor recuperável (*impairment*) referentes a valores a receber originados de operações de instrumentos financeiros derivativos vencidos, de cliente em processo de recuperação judicial, no montante de R\$ 104.694 registrados em Empréstimos e recebíveis, cuja perda esperada era a totalidade dos saldos naquela data. Em 27 de julho de 2018, o Consolidado subscreveu e integralizou debêntures recebidas em dação em pagamento dos créditos de sua titularidade, listados em processo de Recuperação Judicial, os quais foram considerados novados para todos os fins e efeitos. Em 26 de outubro de 2018, o Consolidado vendeu a totalidade das debêntures.

- **Acompanhamento de inadimplência de crédito**

O Departamento de Credit Risk Management & Advisory (CRMA) acompanha as inadimplências de crédito para os negócios e atividades que estejam dentro de sua esfera de competências, isto é, derivativos de mercado de balcão, financiamentos e determinados empréstimos. Os responsáveis regionais do Distressed Credit Team (DCTs) lideram os trabalhos de acompanhamento e mantém uma base de dados centralizada de todas as inadimplências de crédito.

No caso de uma inadimplência, o DCT irá utilizar as melhores informações disponíveis para estimar as potenciais perdas de crédito que podem acontecer como resultado da inadimplência. O DCT mede a exposição à inadimplência (EAD - *Exposure at Default*) e estima a perda dada à inadimplência (LGD - *Loss Given Default*) para calcular a perda potencial de crédito. O Distressed Credit Committee (DCC) irá continuar a acompanhar a recuperação de quaisquer reivindicações que surjam da inadimplência.

Casos de inadimplência são analisados pelo Comitê de Crédito com Dificuldades e são reportados regulamente para a alta administração dentro do CRMA. Trimestralmente, um resumo das estatísticas mais importantes sobre inadimplência e perdas é apresentado ao Comitê de Política de Crédito. A apresentação ao Comitê de Política de Crédito inclui um resumo dos casos de inadimplência mais extraordinários acontecidos durante o período.

- **Classificação por nível de risco**

A qualidade de crédito da carteira de ativos financeiros é avaliada com base nos parâmetros do sistema interno de classificação adotado pelo Consolidado. Tais parâmetros levam em consideração, entre outras características, a classificação do risco de crédito soberano apurado segundo os critérios globais do Grupo, o qual considera o Brasil como risco médio. Nesse contexto, o risco de crédito mínimo, geralmente, utilizado para classificar as contrapartes localizadas no país é o risco de crédito soberano.

Assim, os ativos financeiros são classificados por nível de risco de crédito baixo, médio ou alto, sendo:

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

<u>Nível de risco</u>	<u>Definições</u>
Baixo risco	Baixa probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações
Médio risco	Média probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações
Alto risco	Alta probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações

Com base nesses parâmetros de nível de risco definidos como baixo, médio e alto, o Consolidado apresenta a seguinte posição:

<u>Nível de risco</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Risco baixo		
Valores a receber de sociedades ligadas	101.438	87.364
Opção	-	7.271
Termo de Títulos	117	70.230
Subtotal	101.555	164.865
Risco médio		
Equivalentes de caixa	2.092	83.000
Títulos e valores mobiliários	4.573.784	2.217.982
Rendas a receber	-	6
Operações compromissadas com BACEN	3.015.634	2.521.117
Valores a receber de sociedades ligadas	635	747
NDF	63.099	30.740
Opção	242.596	5.207
Swap	3.478.003	1.903.181
Operações de crédito	358.876	-
Subtotal	11.734.719	6.761.980
Risco alto		
NDF	6.483	-
Swap	13.961	5.061
Termo de Títulos	-	47.615
Opção	2.663	-
Certificados de depósitos interfinanceiros	78.163	-
Subtotal	101.270	52.676
Risco de liquidação		
Termo de Títulos	-	1.555.502
Negociação e intermediação de valores	502.216	264.489
Subtotal	502.216	1.819.991
Total (*)	12.439.760	8.799.512

(*) Os valores estão apresentados antes do efeito decorrente da compensação dos ativos e passivos financeiros.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- **Controle de limite de riscos e políticas de mitigação**

O Consolidado administra, determina os limites e controla as concentrações de risco de crédito quando identificados pelo Departamento de Riscos, em particular para clientes individuais ou grupos e segmentos da indústria.

Os principais instrumentos mitigadores de risco de crédito utilizados são:

- **Garantias**

A forma mais tradicional de mitigação de risco de crédito é a obtenção de garantias. As principais garantias detidas pelo Consolidado são os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e os depósitos interfinanceiros.

- **Limites em instrumentos financeiros derivativos**

O Comitê de Risco do Conselho de Administração (Risk Committee of the Board of Directors), e quando necessário o próprio conselho, aprova o Risk Appetite Statement (“RAS”) que descreve as considerações qualitativas e quantitativas acerca de limites, cujos apêndices incluem um conjunto de limites de risco para o Grupo e para suas divisões, incluindo o Consolidado. Além disso, o Comitê de Risco do Conselho de Administração revisa e aprova estes limites e tolerâncias no mínimo anualmente.

Assim, o Comitê de Governança de Risco (“RGC – Risk Governance Committee”), sob a autoridade delegada pelo Comitê de Risco, determina os limites que governam os riscos financeiros do Consolidado. Os riscos financeiros entendem-se, coletivamente, riscos de crédito, mercado, modelo, liquidez, operacional e seguro. Estes limites são estabelecidos em diversos níveis: globalmente, por divisão, por produto e/ou por unidade de negócio, e são consistentes com os limites aprovados pelo Conselho de Administração.

Os limites de risco são monitorados independentemente pelo Departamento de Risco que é responsável pela identificação, escalação e registro das instâncias nas quais limites foram extrapolados. Este departamento também restringe as suas exposições às perdas creditícias decorrentes de posições abertas líquidas em derivativos em relação a prazo e montantes envolvidos.

O montante sujeito a risco de crédito é limitado pelos fluxos de caixa líquidos futuros estimados do instrumento. A exposição a risco de crédito é administrada como parte da política de limites de empréstimos a clientes, adicionando-se exposições potenciais decorrentes de movimentos de mercado. As garantias nem sempre estão presentes nestes tipos de instrumentos, a não ser quando existem depósitos de margem ou operações garantidas por bolsa.

Já o risco de liquidação surge em situações onde o pagamento em caixa ou outro ativo financeiro é feito com base na estimativa do recebimento correspondente do ativo em questão. São estabelecidos limites diários para cada contraparte para cobrir a posição agregada do risco de liquidação.

- (b) Risco de mercado**

O Consolidado está exposto ao risco de mercado que corresponde ao risco de perdas no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros fluem devido a mudanças de mercado.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

A carteira do Consolidado é mantida com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira baseiam-se nas solicitações de clientes e em oportunidades de investimento. A contabilização das carteiras é realizada a valor de justo e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- **Risco de taxa de juros:** resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível, declive (*slope*) e inclinação das curvas de juros, nas volatilidades das taxas de juros, velocidade de pré-pagamento de financiamentos imobiliários (*mortgages*) e aos *spreads* de crédito;
- **Risco de preço das ações:** decorrente das exposições às mudanças nos preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações;
- **Risco de taxa de câmbio:** resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros (*forward*) e volatilidades das taxas de câmbio;
- **Risco de preço de *commodities*:** decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias “*commodities*”.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Consolidado.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsionadores e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

A divisão de Gestão e Análise de Risco de Mercado, de acordo com a Política de Risco de Mercado (*Market Risk Policy*), avalia e reporta riscos de mercado à alta Administração no Brasil e para o GSBRC, monitora os níveis de risco em relação aos limites estabelecidos e avalia a integridade dos dados.

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao Diretor de Riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Esses departamentos são responsáveis pela Política do Consolidado em Relação ao Desenvolvimento, Aprovação e Controle de Modelos de Avaliação (*Goldman Sachs Policy Relating to the Development, Approval and Control of Valuation Models*) detalha os modelos de governança utilizados na avaliação das posições mantidas a valor de mercado. Os modelos de precificação são desenvolvidos e testados por estrategistas usando métodos internos. Quaisquer mudanças propostas aos modelos já estabelecidos requerem testes adicionais e nova aprovação.

A Política é revisada e aprovada anualmente, no mínimo, ou quando da existência de modificações materiais feitas pelo Comitê de Risco da GS Brasil (“GSBRC”), com representantes dos diretores da Banco e diretores da Corretora recomendando ao Comitê Executivo da GS Brasil a adoção desta Política.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

O quadro abaixo demonstra os ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31 de dezembro de 2018			
	Real	Dólar americano	Outras moedas	Total
Ativos financeiros	10.844.077	113	2.213	10.846.403
Caixa e equivalentes de caixa	3.882	113	2.213	6.208
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	10.840.195	-	-	10.840.195
Aplicações no mercado aberto	3.015.633	-	-	3.015.633
Aplicações em depósitos interfinanceiros	78.163	-	-	78.163
Títulos e valores mobiliários	4.573.784	-	-	4.573.784
Instrumentos financeiros derivativos	2.813.739	-	-	2.813.739
Operações de crédito	358.876	-	-	358.876
Passivos financeiros	5.822.799	3.068.315	-	8.891.114
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	4.252.282	-	-	4.252.282
Instrumentos financeiros derivativos	4.252.282	-	-	4.252.282
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	1.570.517	3.068.315	-	4.638.832
Depósitos de clientes e instituições financeiras	582.464	-	-	582.464
Captações no mercado aberto	988.053	-	-	988.053
Obrigações por empréstimos	-	3.068.315	-	3.068.315
	31 de dezembro de 2017			
	Real	Dólar americano	Outras moedas	Total
Ativos financeiros	5.667.131	1.054	1.782	5.669.967
Caixa e equivalentes de caixa	94.547	1.054	1.782	97.383
Ativos financeiros para negociação	3.051.461	-	-	3.051.461
Títulos e valores mobiliários	2.217.982	-	-	2.217.982
Instrumentos financeiros derivativos	833.479	-	-	833.479
Empréstimos e recebíveis	2.521.123	-	-	2.521.123
Rendas a receber	6	-	-	6
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-
Aplicações em operações compromissadas	2.521.117	-	-	2.521.117
Passivos financeiros	2.766.727	1.363.576	-	4.130.303
Passivos financeiros para negociação	1.275.174	-	-	1.275.174

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Instrumentos financeiros derivativos	1.275.174	-	-	1.275.174
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.491.553	1.363.576	-	2.855.129
Depósitos de clientes	453.377	-	-	453.377
Depósitos de instituições financeiras	3.257	-	-	3.257
Captações no mercado aberto	1.034.919	-	-	1.034.919
Obrigações por empréstimos	-	1.363.576	-	1.363.576

São empregadas diversas métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo. As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (“*Value at Risk*”) e métricas de sensibilidade (análise de cenários e teste de estresse). Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse (“*stress-test*”).

- **Value at Risk:** O VaR é a perda potencial em valor das posições em uma carteira devido a mudanças adversas de variáveis de mercado, em um determinado período de tempo, com um grau de confiança, sendo normalmente empregado um horizonte de um dia com 95% de confiança. O modelo captura riscos e a diversificação do risco agregado do Consolidado, o qual avalia a exatidão do modelo através de *backtesting* diário.

Fator de risco	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Taxa de juros	5,04	4,92
Moedas	3,91	5,09
Total	5,42	8,92
Efeito da diversificação	(1,01)	(1,09)
Percentual da diversificação (%)	(0,42)	(0,11)

- **Análise de cenários e teste de estresse:** Análise de cenários e testes de estresse mostram os possíveis efeitos nos resultados do Consolidado de vários eventos de mercado, incluindo, mas não limitado a: um grande aumento em spreads de crédito, uma queda substancial no mercado de ações e movimentos significativos em mercados emergentes.

O Consolidado utiliza limites de risco em diversos níveis para gerenciar o seu “apetite” de risco através do controle de suas exposições ao risco de mercado. Tais limites são revistos frequentemente e alterados permanente ou temporariamente para refletir as mudanças nas condições de mercado, de negócios ou de tolerância ao risco.

Os limites também são monitorados diariamente pelo departamento *Market Risk Capital Analysis* (MRCA) que irá monitorar os níveis de risco relativos aos limites implementados. Adicionalmente, o grupo de *Market Risk and Capital Quantification* (“MRCQ”) irá monitorar violações de limite, assim como reportar periodicamente vários resumos com informações sobre limites.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(c) Risco operacional

O Consolidado define risco operacional como o risco de perda e efeitos inesperados resultantes de processos internos falhos ou inadequados, pessoas, sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Risco operacional pode ocorrer em qualquer parte do Consolidado, não apenas limitando-se às áreas de operações, e seus efeitos, podem estender-se além das perdas financeiras.

As potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Consolidado;
- Aqueles que acarretem a interrupção das atividades do Consolidado.

O Consolidado possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que são aprovados anualmente pelos seus diretores.

A gestão de riscos operacionais é incorporada em todos os elementos do Consolidado e é amparada por meio da promoção de uma forte cultura de controle e de uma estrutura organizacional que reflete essa filosofia. O Consolidado associa abordagens *top-down* e *bottom-up* para gerir e mensurar o risco operacional. De um ponto de vista *top-down*, a alta Administração tem a responsabilidade de avaliar os perfis de risco operacional no nível do Consolidado e dos negócios com dependência na facilitação e na infraestrutura da área Gestão e Análise de Risco Operacional (ORMA). De um ponto de vista *bottom-up*, as áreas de negócio e de apoio/controle têm a responsabilidade básica de gerir riscos diariamente; elas identificam, minimizam e relatam os riscos operacionais à alta administração. As tendências na atividade de gestão de riscos operacionais *bottom-up* são monitoradas pelo ORMA e discutidas com a Administração como parte do processo *top-down*.

A gestão também é realizada por meio da aplicação de padrões abrangentes e consagrados do Consolidado, mas em constante evolução, que contemplam entre outras atividades, treinamento, supervisão e desenvolvimento da equipe; participação ativa e compromisso da Administração sênior com o processo constante de identificação e combate aos principais riscos operacionais em todo o Consolidado; e uma estrutura de departamentos de controle fortes e independentes que monitoram o risco operacional diariamente.

Em conjunto, esses elementos formam uma cultura de controle forte e abrangente que serve como alicerce para minimizar eventos que criam risco operacional e eventualmente danos. A área de Gestão e Análise de Risco Operacional (ORMA) tem o objetivo de fortalecer a infraestrutura de gestão de risco do Consolidado e é uma atividade de gestão de risco independente das unidades geradoras de receita. Sua responsabilidade é

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

o desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional, com o objetivo de minimizar a exposição a esse risco.

A estrutura conta com o suporte de um conjunto de ferramentas para mensurar e administrar o nível de risco operacional atual e potencial e definir o nível adequado de patrimônio de referência necessário para suportar a exposição ao risco operacional.

Uma das metas da ORMA é fornecer ferramentas para que os chefes das áreas de negócios e de controle e suporte avaliem o nível atual de risco operacional. Dentre essas ferramentas temos a apresentação de relatórios e informações analíticas pela Administração ao Comitê de Risco da Goldman Sachs Brasil (GSBRC). O GSBRC supervisiona o contínuo desenvolvimento e a implementação de estruturas e políticas de risco operacional.

A apresentação de relatórios é o mecanismo por meio do qual os dados sobre risco operacional são apresentados à Administração. As linhas de negócio utilizam a apresentação de informações para administrar suas atividades comerciais diárias, resumir o desempenho, as exposições, perdas e outras questões de risco operacional e para submeter dados e contribuir com informações para a ORMA.

Os dados de risco operacional em questão são coletados pela ORMA das linhas de negócios e dos grupos de controle e são analisados pelos departamentos em questão com relação à sua exatidão, suficiência e integridade e distribuídos trimestralmente ao GSBRC. Além disso, esses relatórios são analisados pelo departamento de Auditoria Interna durante a realização das auditorias periódicas. Os relatórios gerados para fins de gestão de risco operacional são revisados pelos comitês dentro e fora do Consolidado. Os comentários feitos aos mesmos são incorporados pela ORMA, conforme apropriado.

(d) Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de cumprimento de uma ou mais obrigação. Também decorre pela incapacidade de captar recursos suficientes para honrar seus compromissos de curto, médio e longo prazo em volume suficiente para uma posição, afetando o preço do valor dos mesmos.

A liquidez é um aspecto crítico dentro das instituições financeiras, considerando que a maioria das falhas ocorridas nas instituições financeiras está relacionada à liquidez insuficiente. Consequentemente, o Consolidado possui um conjunto abrangente e conservador de políticas de liquidez e de financiamento para atender a eventos de liquidez de mercado. O principal objetivo é ser capaz de financiar o Consolidado, a fim de permitir que os principais negócios continuem gerando receitas, mesmo em circunstâncias adversas.

Além disso, o objetivo do Consolidado é assegurar que o financiamento e gerenciamento de liquidez estejam alinhados com uma exposição aceitável ao risco de liquidez. Nesse sentido, o Consolidado busca utilizar as fontes de financiamento mais eficientes em termos de custo para permitir que o Consolidado aproveite as oportunidades de negócios.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o Diretor-Estatutário responsável pelo Risco de Liquidez do Consolidado. É disponibilizada à Diretoria informes com as posições e projeções de fluxos de caixa. Em caso de descumprimento dos limites

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

estabelecidos, a Diretoria é informada de imediato e deverá se reportar ao Comitê de Caixa e utilizar de mecanismos para readequação aos limites.

(d.1) Estrutura de Gestão do Risco de Liquidez

O Consolidado estabeleceu uma estrutura abrangente para a gestão do risco de liquidez, a fim de assegurar a existência de liquidez suficiente, mesmo em períodos de estresse. Esta estrutura inclui:

- Políticas de financiamento e de gestão de liquidez;
- Medidas de controle, limites e monitoramento de liquidez;
- Infraestrutura do pessoal para financiamento e gestão de liquidez;
- Plano de financiamento de contingência

As estratégias, políticas e limites são estabelecidos com base na política de gestão de risco de liquidez global do Grupo, adaptado para refletir as necessidades específicas do Brasil. Estes três itens são propostos e implementados pela equipe da Tesouraria Corporativa no Brasil, e aprovados pelas equipes de gerenciamento sênior de Tesouraria Corporativa do Grupo, pelo diretor de risco de liquidez e pelo Comitê de Risco do Goldman Sachs do Brasil (GSBRC).

- **Comitê de Risco do Goldman Sachs do Brasil (GSBRC)**

O Comitê de Risco da Goldman Sachs do Brasil monitora e atua sobre questões e políticas relacionadas aos riscos envolvidos nos negócios da Consolidado, incluindo, mas não se limitando a riscos de liquidez.

A comissão recebe atualizações sobre a gestão de liquidez e assuntos de financiamento e supervisiona regularmente essas atividades, verifica a confiabilidade da política existente e também aprova quaisquer alterações e revisões da política e seus limites relacionados. O diretor de risco de liquidez e um membro da equipe GSBRC Corporate Treasury são membros permanentes da GSBRC.

(d.2) Políticas de financiamento e gestão de liquidez

As políticas estabelecem diretrizes para a gestão de liquidez e financiamento e mitigação de riscos durante o curso normal dos negócios, bem como em períodos de escassez de liquidez devido a circunstâncias imprevistas.

- **Necessidades de financiamento**

O mix de negócios inclui operações de consultoria de investimento, renda fixa, commodities, câmbio, futuros e operações com derivativos. As atividades relacionadas a consultoria de investimento não geram necessidades diárias de financiamento.

As operações de câmbio eventualmente resultam em necessidades de financiamento intradiário ou de curto prazo. Assim, as necessidades gerais do Consolidado são principalmente atribuíveis a negócios em renda fixa, futuros e negócios em moeda estrangeira. As necessidades de financiamento são principalmente impulsionadas pela negociação diária, margem de variação e movimentos de garantias decorrentes de operações OTC ou BM&F.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

As transações estruturadas são aquelas que geram necessidades significativas de financiamento intradiário ou overnight (ou mais longas) que geralmente não acontecem diariamente. Exemplos dessas transações são: IPOs, compra de ativos ilíquidos ou grandes operações de câmbio com clientes.

A análise e as decisões sobre a capacidade do Consolidado para fornecer financiamento para tais necessidades especiais decorrentes de grandes negócios são feitas coletivamente pela GSBRC Corporate Treasury e pela GSBRC, de acordo com o caso.

- **Liquidez no Brasil**

O Consolidado mantém sempre uma reserva de liquidez no Brasil, para cobrir as necessidades de financiamento em um cenário de estresse e também para mitigar o risco de liquidez intradiário. O tamanho desta margem de liquidez deve ser igual ou maior que o *Modelled Liquidity Outflow* (MLO) acrescido da reserva de risco de liquidez intradiária para um determinado dia.

A margem de liquidez é investida em títulos públicos e operações com opção de recompra, uma vez que estes são os ativos mais líquidos no mercado brasileiro.

- **Reserva de liquidez**

O Consolidado mantém uma reserva mínima de liquidez para atender potenciais perdas de caixa, em um cenário de estresse, incluindo as obrigações contratuais. O tamanho dessa reserva é baseado em um modelo interno de liquidez juntamente com uma avaliação qualitativa das condições de mercado e do Consolidado.

- **Gerenciamento de ativos e passivos**

A estratégia de captação do Consolidado conta com uma avaliação das características de todos os ativos em relação ao seu período de retenção estimado e sua potencial perda de liquidez no mercado em uma situação de estresse. Além disso, os vencimentos e diversificação das captações com e sem garantia são gerenciados sob uma perspectiva de mercado, de produtos e de contrapartes.

(d.3) Financiamento overnight e de longo prazo

- **Empréstimos não comissionados**

O Consolidado pode tomar empréstimos não comprometidos da matriz, Goldman Sachs Group Inc. e mantém linhas de crédito com outros bancos.

O Consolidado também tem a capacidade de emitir CDIs e CDBs - certificados de depósito - para clientes institucionais e corporativos. Outros tipos de emissões locais como Letras Financeiras ("LF") e Certificados de Operações Estruturadas ("COE") também podem ser considerados no futuro.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- **Mercado Interbancário Repo e o "Go Around" e "Nivelamento" do Banco Central do Brasil**

O mercado de acordos de recompra respaldados por títulos do governo do Brasil é a opção mais segura, líquida e econômica no mercado local de financiamento garantido. Dessa forma, tendem a ser os instrumentos de captação mais utilizados no Brasil por bancos, incluindo pelo Consolidado.

O sistema de leilões de recompra do Banco Central do Brasil ("Go Around" e "Nivelamento") também são uma ótima opção para as instituições financeiras e são eficientes em termos de custos e liquidez. Porém, os leilões nem sempre ocorrem em linha com as necessidades do Consolidado em determinado dia. Basicamente, o "Go Around" e o "Nivelamento" correspondem ao Banco Central do Brasil, contraindo ou cedendo recursos através de seus revendedores para regular a liquidez do mercado monetário.

- **Financiamento intradiário**

Todos os bancos autorizados a operar no Brasil no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiros ("SPB") têm acesso ao redesconto junto ao Banco Central do Brasil, o que permite que essas instituições tenham acesso a contratos de recompra com títulos públicos de sua carteira, ou seja, necessidades de liquidez intradiária sem custo.

(d.4) Diversificação de financiamento

- **Diversificação de fontes de financiamento**

O Consolidado busca diversificar suas fontes de financiamento por meio de financiamentos ou empréstimos garantidos (repos) e instrumentos de financiamento não garantidos e empréstimos Inter companhias da sua matriz como fonte de financiamento de curto e longo prazo, dependendo de suas necessidades. O Consolidado também estabelece linhas de crédito com bancos de terceiros para mitigar o risco de liquidez e garantir a estabilidade do seu financiamento.

Além disso, o financiamento intradiário é obtido a partir de janelas de redesconto intradiário com o Banco Central do Brasil, linhas bancárias intradiárias ou descobertos. Caso haja escassez de liquidez, o Consolidado utilizará sua margem composta pelo excesso de capital, empréstimos a prazo no Brasil ou no exterior e empréstimos Inter companhias.

- **Diversificação da base de credores**

O Consolidado pode solicitar ao Grupo e outras instituições financeiras no Brasil para obter financiamentos no curto e longo prazo. Além disso, o Consolidado também procura evitar dependência de qualquer instituição financeira em particular por meio da diversificação e monitoramento de credores sediados no Brasil.

A base de credores do Consolidado pode consistir principalmente de bancos comerciais locais e internacionais operando no Brasil e também pode incluir clientes institucionais e corporativos. O Consolidado dá importância do relacionamento com fortes credores para ter acesso à liquidez, assim mantém contato direto com seus principais credores regularmente. Para limitar sua dependência de um único credor, o Consolidado gira o uso de recursos entre diferentes bancos que oferecem linhas de crédito.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

• Diretrizes de Emissão de CDB

O Consolidado poderá emitir CDBs e CDIs, que são certificados de depósito que estão custodiados e liquidados na CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos). Os CDBs e CDIs podem ser emitidos para fins de garantia de fundos e derivativos.

(d.5) Liquidez dos ativos

O Consolidado trabalha constantemente para manter uma base de ativos líquidos de acordo com as estratégias de negócios. A maioria das posições de estoque são marcadas no mercado diariamente. O Consolidado procura assegurar a disponibilidade de liquidez imediata e, portanto, mantém liquidez no Brasil sob a forma de títulos públicos e acordos de recompra, que podem ser utilizados como fontes de financiamento em situações de emergência.

A tabela abaixo apresenta os ativos financeiros não derivativos não vinculados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Os valores refletem os ativos líquidos não vinculados no mercado e, portanto, podem diferir daqueles constantes no balanço patrimonial.

	31 de dezembro de 2018
Caixa e equivalentes de caixa	6.208
Aplicações no mercado aberto	3.015.633
Aplicações em depósitos interfinanceiros	78.163
Títulos e valores mobiliários	3.274.268
Operações de crédito	358.876
Valores a receber de sociedades ligadas	102.073
Total da exposição ao risco de liquidez	6.835.221

	31 de dezembro de 2017
Caixa e equivalentes de caixa	97.383
Títulos e valores mobiliários	820.611
Empréstimos e recebíveis	2.521.123
Valores a receber de sociedades ligadas	88.111
Total da exposição ao risco de liquidez	3.527.228

(d.6) Excesso de liquidez

O Consolidado mantém uma margem de liquidez para financiar saídas de liquidez intradiárias, de curto e longo prazo, incluindo obrigações decorrentes de vários passivos no balanço e fora do balanço. A meta para o excesso de caixa mantido *on shore* é igual ao MLO mais a reserva de risco de liquidez intradiária enquanto reservas adicionais são mantidas na matriz, The Goldman Sachs Group Inc.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(d.7) Metodologia

A equipe GSBR Corporate Treasury mantém um teste de estresse específico, o GSBR MLO, para calcular as saídas de liquidez de curto prazo (horizonte de 30 dias) do Consolidado em um cenário de mercado estressado.

GSBR MLO identifica e estima as saídas de caixa e garantias em uma crise de liquidez, incluindo:

- a. Vencimentos futuros, rolagem e risco de recompra de fundos não garantidos;
- b. Derivativos e outras margens e saídas de garantias devido a movimentos de mercado ou aumento de requisitos;
- c. Liquidação de transações de câmbio;
- d. Futuras saídas de caixa e outros pagamentos de grande porte e linhas de crédito comprometidas não utilizadas.

(d.8) Risco de liquidez intradiária

O tamanho da necessidade de liquidez intradiária para o Consolidado é projetado por um modelo utilizado globalmente para essa tarefa, com a inclusão de suposições específicas para o mercado brasileiro e as peculiaridades GSBR.

Além disso, a equipe de Operações do Brasil prepara uma projeção diária de liquidez intradiária como parte do processo de projeção de caixa usando sua ferramenta existente. Esta equipe é responsável pelos acordos de valores mobiliários com custódias, compensações e permutas, o que está muito ligado ao risco de liquidez intradiário devido aos tempos de corte e às janelas que são impostos por essas contrapartes.

A margem de risco de liquidez intradiária do GSBR MLO é um limite mínimo de liquidez que não pode ser violado de acordo com as políticas internas do Consolidado e da matriz. Em caso de extrapolação desse limite, a equipe do Tesouro Corporativo GSBR reportará o assunto ao Tesouro Corporativo do Grupo e à GSBRC (que inclui o diretor de risco de liquidez como membro).

Como é feito globalmente, o Tesouro Corporativo GSBR monitora a liquidez total e a reserva de risco de liquidez intradiária do MLO, uma vez que a liquidez nunca deve ser menor do que esta margem mínima. Esta é a principal métrica usada para monitorar a liquidez do Consolidado.

(d.9) Plano de Contingência

O Plano de Financiamento de Contingência do Consolidado foi criado para fornecer e mitigar as necessidades de financiamento em períodos de escassez de liquidez. O objetivo do plano é garantir uma comunicação e coordenação eficazes em caso de potencial ou existente escassez de liquidez. O plano estabelece um plano de ação para analisar e responder a um evento de risco de liquidez severo, as considerações especiais que devem ser tratadas para determinar o possível impacto desse evento na liquidez do Consolidado e planos de ação alternativos para ajudar a manter a liquidez na instituição em níveis apropriados.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(d.10) Passivos financeiros não derivativos por faixa de vencimento

As tabelas abaixo apresentam os passivos financeiros não derivativos por faixas de vencimento, contado da data de reporte até a data do vencimento contratual, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente. Os valores reportados refletem os fluxos de caixa contratados não descontados e, portanto, podem diferir daqueles constantes no balanço patrimonial.

	31 de dezembro de 2018				
	Até 30 dias	De 31 à 90 dias	De 91 à 360 dias	De 1 à 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos de clientes e instituições financeiras	-	-	529.794	107.291	-
Captações no mercado aberto	988.053	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos	3.068.315	-	-	-	-
	4.056.368	-	529.794	107.291	-

	31 de dezembro de 2017				
	Até 30 dias	De 31 à 90 dias	De 91 à 360 dias	De 361 à 1800 dias	Acima de 1800 dias
Depósitos de clientes e instituições financeiras	-	207.874	-	311.839	-
Captações no mercado aberto	1.034.919	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos	1.363.576	-	-	-	-
	2.398.495	207.874	-	311.839	-

(d.11) Ratings de crédito

O Consolidado conta com o mercado de capital de dívida de curto e longo prazo para financiar uma parcela significativa das operações diárias e do custo, sendo a disponibilidade do financiamento da dívida influenciado pelas classificações de crédito. As notações de crédito também são importantes para competições em determinados mercados, como os derivativos OTC, e quando são realizadas transações de longo prazo.

Durante o primeiro trimestre de 2019, a Fitch Ratings apresentou a classificação de dívida de longo prazo do Banco como AAA com perspectiva estável e a classificação de dívida de curto prazo do Banco como F1+.

7) Segregação entre circulante e não circulante

Apresentamos os montantes circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou mais do que 12 meses para cada ativo e passivo do balanço patrimonial consolidado:

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Ativo	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	6.208	6.208	-	97.383	97.383	-
Ativos financeiros para negociação	-	-	-	3.051.461	424.215	2.627.246
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	2.217.982	413.274	1.804.708
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	833.479	10.941	822.538
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	10.840.195	5.485.991	5.354.204	-	-	-
Aplicações no mercado aberto	3.015.633	3.015.633	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	78.163	-	78.163	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	4.573.784	2.129.396	2.444.388	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.813.739	335.516	2.478.223	-	-	-
Operações de crédito	358.876	5.446	353.430	-	-	-
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	2.521.123	2.521.123	-
De clientes	-	-	-	6	6	-
Do Banco Central do Brasil	-	-	-	2.521.117	2.521.117	-
Ativo imobilizado	20.294	-	20.294	23.932	-	23.932
Ativos fiscais	9.646	-	9.646	18.061	-	18.061
Outros	9.646	-	9.646	18.061	-	18.061
Outros ativos	616.466	616.466	-	361.947	318.762	43.185
Total	11.492.809	6.108.665	5.384.144	6.073.907	3.361.483	2.712.424

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Passivo	31 de dezembro de 2018	Circulante	Não circulante	31 de dezembro de 2017	Circulante	Não circulante
Passivos financeiros para negociação	-	-	-	1.275.174	337.420	937.754
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	1.275.174	337.420	937.754
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	4.252.282	1.508.337	2.743.945	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.252.282	1.508.337	2.743.945	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	4.638.832	4.556.202	82.630	2.855.129	2.598.655	256.474
Depósitos de clientes	582.464	499.834	82.630	456.634	200.160	256.474
Captações no mercado aberto	988.053	988.053	-	1.034.919	1.034.919	-
Obrigações por empréstimos	3.068.315	3.068.315	-	1.363.576	1.363.576	-
Obrigações fiscais	107.946	62.363	45.583	51.300	51.300	
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	13.279	13.279	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	63.371	17.788	45.583	40.194	40.194	-
Outras	31.296	31.296	-	11.106	11.106	-
Outros passivos	752.340	737.544	14.796	309.567	200.326	109.241
Total	9.751.400	6.864.446	2.886.954	4.491.170	3.187.701	1.303.469

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

8) Valor justo de ativos e passivos financeiros

a. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Apresentamos a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros		
Ativos financeiros mantidos para negociação		
- Títulos e valores mobiliários	-	2.217.982
- Instrumentos financeiros derivativos	-	833.279
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
- Aplicações no mercado aberto	3.015.633	-
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	78.163	-
- Títulos e valores mobiliários	4.573.784	-
- Instrumentos financeiros derivativos	2.813.739	-
- Operações de crédito	358.876	-
Total	10.840.195	3.051.461
Passivos financeiros		
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
- Instrumentos financeiros derivativos	4.252.282	1.275.174
Total	4.252.282	1.275.174

b. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela mostra os registros no contábil e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não são mensurados ao valor justo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente:

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis	-	-	2.521.123	2.522.443
- De clientes	-	-	6	6
- De instituições financeiras	-	-	-	-
- Do BACEN	-	-	2.521.117	2.522.437
Outros ativos	-	-	264.489	264.489

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- Negociação e intermediação de valores	502.216	502.216	264.489	264.489
Total	502.216	502.216	2.785.612	2.786.932
	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Passivos financeiros ao custo amortizado	4.638.832	4.638.832	2.855.129	2.855.129
- Depósitos de clientes e instituições financeiras	582.464	582.464	456.634	456.634
- Captações no mercado aberto	988.053	988.053	1.034.919	1.034.919
- Obrigações por empréstimo	3.068.315	3.068.315	1.363.576	1.363.576
Outros passivos			77.053	77.053
- Negociação e intermediação de valores	490.447	490.447	77.053	77.053
Total	5.129.279	5.129.279	2.936.060	2.936.060

As linhas dos saldos dos ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo é composta por:

- Em 31 de dezembro de 2017, Empréstimos e recebíveis: comissões por corretagem a receber, aplicações de depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas;
- Depósitos de clientes e instituições financeiras: captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros;
- Captações no mercado aberto: operações compromissadas;
- Obrigações por empréstimos: empréstimos captados no exterior junto ao The Goldman Sachs Group Inc.

Os valores de empréstimos e recebíveis, depósitos de clientes e instituições financeiras e captações no mercado aberto apresentam taxas que variam de 98% à 100% do CDI. Referem-se a operações de curtíssimo prazo e alta liquidez. Assim, o valor contábil é substancialmente uma aproximação razoável do valor de mercado ou valor justo.

Os passivos financeiros não mensurados ao valor justo referem-se a captações de mercado aberto indexadas às moedas dólar e euro e apresentam o valor justo baseado nos fluxos de caixa descontados utilizando taxas de mercado para instrumentos de características similares, quanto ao risco de crédito e vencimento.

A IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo hierarquiza as técnicas de apreçamento a partir dos dados utilizados na mensuração do valor justo.

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o instrumento seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Este nível engloba derivativos não listados em bolsa de valores e instrumentos de dívida.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- Nível 3: informações que não são baseadas em dados observáveis. Incluem instrumentos financeiros derivativos não cotados em mercado ativo.

A tabela abaixo mostra os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por hierarquia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 respectivamente.

	31 de dezembro de 2018			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Mensurações do valor justo recorrentes				
Ativos financeiros				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Aplicações no mercado aberto	-	3.015.633	-	3.015.633
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	78.163	-	78.163
Títulos e valores mobiliários	-	4.573.784	-	4.573.784
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.813.739	-	2.813.739
Operações de crédito	-	358.876	-	358.876
Total	-	10.461.001	-	10.840.195
Passivos financeiros				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos financeiros e derivativos	-	4.252.282	-	4.252.282
Total	-	3.694.918	-	4.252.282
	31 de dezembro de 2017			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Mensurações do valor justo recorrentes				
Ativos financeiros				
Ativos financeiros mantidos para negociação				
Títulos e valores mobiliários	-	2.217.982	-	2.217.982
Instrumentos financeiros derivativos	-	833.479	-	833.479
Total	-	3.051.461	-	3.051.461
Passivos financeiros				
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.267.897	7.277	1.275.174
Total	-	1.267.897	7.277	1.275.174

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve impacto no resultado em função de reclassificações entre os níveis 1, 2 e 3.

Para o nível 3, realizamos a reconciliação dos instrumentos financeiros:

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	<u>Derivativos</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Novas contratações	7.277
Ganhos e perdas reconhecidos	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>7.277</u>
Novas contratações	-
Ganhos e perdas reconhecidos	(7.277)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos classificados como nível 3 referem-se a opções de ações, liquidadas em reais. O apreamento dessas opções envolve parâmetros não observáveis, como por exemplo a correlação entre a taxa de câmbio de reais por dólar e o preço desses ativos. A análise de sensibilidade da mensuração dos instrumentos classificados no nível 3, utilizando-se premissas razoavelmente previstas, para as posições em aberto em 31 de dezembro de 2017, mostra que o impacto da marcação desses fatores não observáveis nas demonstrações financeiras é nulo. O resultado se justifica uma vez que todas essas posições são *hedgeadas* através de operações idênticas e opostas contra um fundo de investimentos parte relacionada do Consolidado (Nota explicativa 18 (a) – Transações com Partes Relacionadas).

Ressaltamos que as variações nos cenários apresentam perspectiva de liquidação imediata destes ativos, o que pode não representar necessariamente perda ou ganho por se tratar de situação hipotética.

9) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Caixa	1.287	11.184
Depósito no exterior em moeda estrangeira	2.326	2.836
Banco Central do Brasil - reserva livre	503	363
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.092	83.000
Total	<u>6.208</u>	<u>97.383</u>

10) Ativos financeiros

(a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2018, são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado e estão constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas, no montante de R\$ 3.015.633, conforme abaixo demonstrado:

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(I) Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado:

	2018	
	Valor justo no resultado	
	Até 3 meses	Total
Posição bancada:		
Letras do Tesouro Nacional – LTN	125.589	125.589
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	217.064	217.064
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	2.084.274	2.084.274
Subtotal	2.426.927	2.426.927
Posição financiada:		
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	151.724	151.724
Subtotal	151.724	151.724
Posição vendida:		
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	69.717	69.717
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	367.265	367.265
Subtotal	436.982	436.982
Total	3.015.633	3.015.633

Em 31 de dezembro de 2017, são classificadas como empréstimos e recebíveis do Banco Central do Brasil e estão constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas, no montante de R\$ 2.521.117, conforme abaixo demonstrado:

(I) Empréstimos e recebíveis – Banco Central do Brasil:

	2017		
	Custo corrigido		
	Até 3 meses	Acima de 3 meses	Total
Posição bancada:			
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	179.351	281.655	461.006
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	488.777	726.186	1.214.963
Subtotal	668.128	1.007.841	1.675.969
Posição vendida:			
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	19.413	79.572	98.985
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	321.898	424.265	746.163
Subtotal	341.311	503.837	845.148
Total	1.009.439	1.511.678	2.521.117

(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2018, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 78.163 (2017 – zero), com vencimento até 05 de dezembro de 2024 e taxas correspondentes a 100% do CDI.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(c) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo no resultado é composta por aplicações em títulos públicos, cujos valores de mercado representam o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

a. Composição por classificação e tipo

	2018	2017
Composição da carteira	Custo corrigido	Valor de mercado
Carteira Própria	3.260.948	820.610
Letras do Tesouro Nacional – LTN	2.582.399	449.015
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	62.730	48.268
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	615.819	323.327
Vinculados a Compromissos de Recompra	385.984	193.121
Letras do Tesouro Nacional – LTN	306.237	193.121
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	79.747	-
Vinculados à Prestação de Garantias na B3	896.063	1.204.251
Letras do Tesouro Nacional – LTN	16.547	379.203
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	356.332	214.071
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	482.184	569.557
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	41.000	41.420
Total da carteira	4.542.995	2.217.982

Em 31 de dezembro de 2018 os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado. Em 31 de dezembro de 2017, os títulos e valores mobiliários estão classificados, em sua totalidade, na carteira Ativos financeiros para negociação.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

b. Classificação e composição por prazo de vencimento

						2018	2017
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
Títulos para negociação ⁽¹⁾							
Carteira própria	-	1.567.205	492.398	1.004.251	210.414	3.274.268	820.610
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	-	305.184	81.241	386.425	193.121
Vinculados à prestação de garantias na B3 ⁽²⁾	44.074	-	25.719	350.559	492.739	913.091	1.204.251
Total	44.074	1.567.205	518.117	1.659.994	784.394	4.573.784	2.217.982

(1) Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à *clearing* de derivativos B3.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Estão representados por operações de futuros, *swap*, opções, operações a termo de título público e de moeda – NDF (*Non-Deliverable Forward*) e outros derivativos devidamente registrados na B3 ou na CETIP, conforme o caso, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, *commodities* e variação cambial.

O Consolidado atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (*hedge* global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Consolidado não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de *commodities*.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como “VaR”.

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Consolidado é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

A precificação das operações de *swap* e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são:

- (a) *Contratos futuros* – moedas e taxas de juros: são obrigações contratuais de comprar ou vender um valor líquido baseado na mudança de determinada taxa de juros ou moeda ou o compromisso de comprar ou vender moeda estrangeira ou outro instrumento financeiro em uma data futura a um preço pré-estabelecido. Não é considerado o risco de crédito para a determinação do valor justo das operações com futuros, já que estes são garantidos por depósitos em dinheiro ou títulos (margem) e as mudanças no valor justo do instrumento são lançadas diretamente contra caixa (ajustes diários). As transações são efetuadas em Bolsa de Mercadorias e Futuros e a responsabilidade para a liquidação da operação é da Câmara de Compensação.

O apreamento dos contratos futuros detidos pelo Consolidado é feito com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

- (b) *Swaps* – moedas, taxas de juros e índices: consistem em um acordo entre duas partes para troca de risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data futura, conforme critérios preestabelecidos. As trocas (*swaps*) mais comuns são as de taxas de juro, moedas e índices. O risco de crédito do Grupo representa o custo potencial para trocar o contrato de *swap* se as contrapartes não cumprirem suas obrigações contratuais. O risco é monitorado em base contínua com referência ao valor justo.

O apreamento das operações de *swap* é feito com base em curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

- (c) *Opções*:

- *ações*: são compromissos onde o lançador da opção garante que o detentor da opção tenha o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender a ação em uma determinada data futura a um preço pré-estabelecido. As opções são negociadas em mercado ativo e não há inclusão do risco de crédito na mensuração do valor justo das opções.
- *taxa de câmbio*: são compromissos onde o lançador da opção garante que o detentor da opção tenha o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um determinado montante em moeda, numa data futura, a uma taxa de câmbio fixada no presente (preço de exercício), podendo esta ser escolhida pelo comprador da opção.

O valor justo das opções é determinado através de modelos matemáticos (como: *Black-Scholes*) usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços de mercado corrente são usados para determinar as volatilidades implícitas. A maioria dos modelos utilizados não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Em algumas opções, dependendo principalmente do ativo subjacente, pode ser utilizado um modelo com parâmetros pouco observáveis.

- *Termo* – moedas e títulos públicos: são compromissos de comprar ou vender o ativo objeto em uma data futura, com o objetivo de proteção contra variações nos preços, normalmente com

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

entrega do ativo-objeto contratado. Estes instrumentos são negociados em mercados de balcão, sendo de responsabilidade das partes as disposições do instrumento.

O apreçamento das operações de termo de título público e moedas (termos com entrega ou NDFs) é feito com base em curvas de mercado obtida por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

• Compensação dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

Os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado, uma vez que existem acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e as relações existentes entre as contrapartes está de acordo com as premissas definidas no parágrafo 42 do IAS 32 – Instrumentos Financeiros.

Apresentamos abaixo o efeito de compensação dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos (*offsetting*):

	31 de dezembro de 2018	
	Ativo	Passivo
Operações de swap	3.481.177	(3.966.480)
Operações de NDF	69.379	(28.815)
Operações de opções e outros derivativos	245.220	(1.238.800)
Certificados de operações estruturadas – COE	-	(136)
Termo de título público	481.565	(481.653)
Total de operações de derivativos	4.277.341	(5.715.884)
Efeito da compensação – transferido	(856.454)	607.148
Efeito da compensação – recebido	(607.148)	856.454
Total do efeito da compensação (*)	(1.463.602)	1.463.602
Total de operações de derivativos após compensação	2.813.739	(4.252.282)

	31 de dezembro de 2017	
	Ativo	Passivo
Operações de swap	1.908.242	(2.128.527)
Operações de NDF	30.740	(14.980)
Operações de opções e outros derivativos	12.478	(249.881)
Termo de título público	1.673.347	(1.673.115)
Total de operações de derivativos	3.624.807	(4.066.503)
Efeito da compensação – transferido	(1.137.984)	1.653.344
Efeito da compensação – recebido	(1.653.344)	1.137.984
Total do efeito da compensação	(2.791.328)	2.791.328
Total de operações de derivativos após compensação	833.479	(1.275.174)

(*) Os valores de operações com futuros não são considerados no processo de compensação, uma vez que esta compensação é realizada pela B3.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Os valores dos subitens “Composição por indexador”, “Composição do valor nominal por contraparte”, “Composição do valor nominal por local de negociação”, “Comparação entre o valor de custo e o valor justo” a seguir estão apresentados sem efeito de compensação. Ou seja, apresentam a posição antes do processo de compensação.

• Composição por indexador

Os valores de registro dos contratos (*notional*) de determinados instrumentos financeiros permitem uma base de comparação com instrumentos reconhecidos na demonstração de posição financeira consolidada, mas não indicam necessariamente os fluxos de caixa futuros envolvidos ou o valor justo corrente do instrumento e, conseqüentemente, não indicam a exposição do Consolidado.

Os derivativos tornam-se favoráveis (ativos) ou desfavoráveis (passivos) como resultado de flutuações nas taxas de juros de mercado, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e preços de mercadorias.

Os instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão representados como segue:

	Valor a receber	Valor a pagar	2018 Valor nominal	2017 Valor nominal
Operações de swap	3.481.177	(3.966.480)	135.654.950	145.181.126
CDI x Euro	-	-	-	1.601.800
CDI x Eurolibor	1.053	-	184.449	184.449
CDI x IPCA	-	(151.085)	2.250.840	684.794
CDI x Libor	-	(250.655)	850.880	1.037.533
CDI x Pré	127	(2.209.087)	72.542.850	69.439.057
CDI x USD	24	(317.778)	2.480.337	6.429.639
CDI x USD Pré	4.994	(743.458)	4.115.807	-
Euro x CDI	-	-	-	1.601.800
Eurolibor x CDI	-	(1.053)	184.449	184.449
IPCA x CDI	1.289	-	33.933	33.933
Libor x CDI	160.971	-	638.277	-
Libor x USD	5.863	(30)	416.002	1.331.340
Ouro x Outros	126	-	22.566	22.766
Outros x Ouro	-	(126)	22.600	22.800
Pré x CDI	1.922.784	(99)	35.167.009	48.737.641
Pré x USD	5.060	-	1.233.965	-
USD EMTA x Pré	-	(5.078)	1.233.965	-
USD EMTA x USD Pré	7.824	(269.022)	2.954.361	2.954.361
USD Pré x CDI	468.678	(8.808)	3.770.158	-
USD Pré x USD EMTA	106.700	(7.821)	2.415.122	2.415.122
USD x CDI	795.655	-	4.882.594	8.217.285
USD x Libor	29	(2.380)	254.786	282.357
Opções de ações	102.273	(100.028)	1.314.595	499.820
Compra de opção de compra	32.495	-	307.624	151.282
Venda de opção de compra	-	(30.809)	240.406	151.222
Compra de opção de venda	69.778	-	385.916	98.781

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Venda de opção de venda	-	(69.219)	380.649	98.535
Opções de moeda	21.083	(21.123)	1.210.664	22.060
Compra de opção de compra	20.892	-	415.356	-
Venda de opção de compra	-	(20.932)	415.356	-
Compra de opção de venda	191	-	189.976	11.030
Venda de opção de venda	-	(191)	189.976	11.030
NDF (Non-Deliverable Forward) de moedas	69.379	(28.815)	12.461.627	11.508.476
Posição comprada	19.375	(25.511)	7.690.277	7.414.949
Posição vendida	50.004	(3.304)	4.771.350	4.093.527
Outros derivativos	121.864	(1.117.649)	14.058.117	3.322.896
Posição comprada	121.864	-	1.111.353	29.458
Posição vendida	-	(1.117.649)	12.946.764	3.293.438
Recursos de aceites cambiais e similares	-	(136)	-	-
Certificados de operações estruturadas	-	(136)	-	-
Operações com futuros	29.266	(16.810)	66.289.851	70.928.062
Posição comprada	15.458	(10.961)	52.097.559	44.169.810
Cupom cambial - DDI	-	(878)	587.420	1.113.425
DAP	1.638	-	2.188.694	480.061
DI de 1 dia	13.820	-	46.704.018	41.419.351
Dólar	-	(10.083)	2.617.427	1.156.973
Posição vendida	13.808	(5.849)	14.192.292	26.758.252
Cupom cambial - DDI	13.702	-	4.536.474	5.408.202
DAP	-	-	-	19.686
DI de 1 dia	-	(5.849)	9.499.705	21.242.497
Dólar	106	-	156.113	87.867
Termo de título público	481.565	(481.653)	481.653	1.673.342
Compra a termo de título público	26.966	(26.967)	26.967	1.160.628
Venda a termo de título público	454.599	(454.686)	454.686	512.714
Total	4.306.607	(5.732.694)	231.471.457	233.135.782

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos estão contabilizados na rubrica “Negociação e intermediação de valores” (Nota explicativa 13 (b)).

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

• Composição do valor nominal por contraparte

	2018				2017	
	Instituições Financeiras	Corporate	Institucional	B3	Total	
Swaps	8.085.354	7.352.947	120.216.649	-	135.654.950	145.181.126
Opções	45.950	607.607	1.187.898	683.804	2.525.259	521.880
NDF (Non-Deliverable Forward)	-	1.429.135	11.032.492	-	12.461.627	11.508.476
Outros derivativos	457.265	269.089	13.331.763	-	14.058.117	3.322.896
Operações com futuros	-	-	-	66.289.851	66.289.851	70.928.062
Termo de título público	419.055	62.598	-	-	481.653	1.673.342
Total	9.007.624	9.721.376	145.768.802	66.973.655	231.471.457	233.135.782

• Composição do valor nominal por local de negociação

	2018			2017
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Swaps	-	135.654.950	135.654.950	145.181.126
Opções	683.804	1.841.455	2.525.259	521.880
NDF (Non-Deliverable Forward)	-	12.461.627	12.461.627	11.508.476
Outros derivativos	-	14.058.117	14.058.117	3.322.896
Operações com futuros	66.289.851	-	66.289.851	70.928.062
Termo de título público	-	481.653	481.653	1.673.342
Total	66.973.655	164.497.802	231.471.457	233.135.782

• Comparação entre o valor de custo e o valor justo

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de *swap*, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor justo atualizado.

	2018			2017
	Valor de custo	Ganhos/(perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo	3.005.722	1.271.619	4.277.341	3.624.807
Operações de <i>swap</i>	2.171.151	1.310.026	3.481.177	1.908.242
Operações de NDF	177.298	(107.919)	69.379	30.740
Operações de opções	53.300	70.056	123.356	12.322
Outros derivativos	122.282	(418)	121.864	156
Termo de título público	481.691	(126)	481.565	1.673.347

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Passivo	(4.240.753)	(1.475.131)	(5.715.884)	(4.066.554)
Operações de <i>swap</i>	(2.442.558)	(1.523.922)	(3.966.480)	(2.128.578)
Operações de NDF	(31.611)	2.796	(28.815)	(14.980)
Operações de opções	(134.970)	13.819	(121.151)	(12.326)
Outros derivativos	(1.149.805)	32.156	(1.117.649)	(237.555)
Certificados de operações estruturadas – COE	(150)	14	(136)	
Termo de título público	(481.659)	6	(481.653)	(1.673.115)

(e) Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Operações de Crédito” refere-se a empréstimo representado por um contrato indexado ao CDI, concedido na forma de cédula de crédito bancário para entidade não-ligada, cuja atividade econômica se insere na categoria de prestação de serviços, com vencimento em abril de 2021 e pagamento de juros trimestrais.

O valor justo ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 358.876 (2017 – zero).

A receita de operações de crédito auferida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 19.971 (2017 – zero).

11) Ativo imobilizado

O ativo imobilizado do Consolidado diz respeito ao imobilizado para uso próprio. O Consolidado não tem ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais.

	2018			2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamentos de uso	47.066	(29.660)	17.406	47.343	(25.149)	22.194
Imobilizações em curso	1.378	-	1.378	628	-	628
Comunicação	14.438	(13.794)	644	16.303	(15.416)	887
Processamento de dados	7.569	(6.703)	866	9.690	(9.467)	223
Total	70.451	(50.157)	20.294	73.694	(50.032)	23.932

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi reconhecida perda ao valor recuperável de ativos imobilizados.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Depreciação/Amortização</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>
Máquinas e equipamentos de uso	2.067	28	(16)	5	(467)	1.617
Instalações	19.453	10	(1)	544	(4.218)	15.788
Sistemas de processamento de dados	224	190	(4)	-	(277)	133
Sistemas de comunicação	887	16	(9)	627	(144)	1.377
Máq. e equip. em estoque e imobilizações em curso	1.301	1.289	(35)	(1.176)	-	1.379
Total	23.932	1.533	(65)	-	(5.106)	20.294

O Consolidado também não fez parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

12. Ativos dados como garantia

Os montantes de ativos financeiros dados em garantia estão demonstrados abaixo:

	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Letras do tesouro nacional (LTN)	16.562	379.203
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	362.431	214.071
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	490.024	569.557
Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI)	78.163	-
Depósito em garantia	-	165.165
Fundo de investimento liquidez da câmara BM&FBOVESPA Multimercado (FILCB)	44.074	41.420
Total	991.254	1.369.415

13. Outros ativos

A composição que demonstra a classificação dos saldos da rubrica “Outros ativos” no balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Carteira de câmbio ^(a)	513	328
Negociação e intermediação de valores ^(b)	502.216	264.489
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 18 (a))	102.073	88.111
Diversos ^(c)	11.664	9.019
Total	616.466	361.947

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(a) Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos da carteira de câmbio são compostos por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	12.700	185.862
Direitos sobre vendas de câmbio	54.406	99.314
Total	<u>67.106</u>	<u>285.176</u>
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	53.893	99.281
Obrigações por compra de câmbio	12.758	185.567
Total	<u>66.651</u>	<u>284.848</u>

Foram efetuadas as compensações do saldos ativos e passivos da carteira de câmbio e incluímos os saldos líquidos no balanço patrimonial consolidado.

(b) Negociação e intermediação de valores

No ativo, refere-se a devedores – conta liquidações pendentes no montante de R\$ 394.613 (2017 – R\$ 28.396) e a caixas de registro e liquidação no montante de R\$ 107.603 (2017 – R\$ 13.793). Em 31 de dezembro de 2017, refere-se ainda a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadorias de Câmbio (“BMC”) no montante de R\$ 165.165 e a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 57.135.

No passivo, refere-se a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 321.897 (2017 – zero), credores – conta liquidações pendentes no montante de R\$ 167.796 (2017 – R\$ 76.069) e a comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 754 (2017 – R\$ 984).

(c) Diversos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos da conta de Diversos são compostos por:

	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Despesas antecipadas	1.340	1.013
Outros ativos (*)	10.324	8.006
Total	<u>11.664</u>	<u>9.019</u>

(*) Outros ativos incluem, principalmente, recuperação de despesa originada pela contribuição do Consolidado (Instituidora) ao plano de previdência privada PGBL, em nome dos seus funcionários (participantes) que, em função do rompimento de vínculo antes do preenchimento das condições de elegibilidade ao benefício, a Instituidora passa a poder utilizar os recursos depositados para quitação de contribuições futuras, no montante de R\$ 3.857 (2017 – R\$ 5.554) e dividendos e bonificações em dinheiro a receber no montante de R\$ 2.299 (2017 – zero).

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

14. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

O saldo dos passivos financeiros ao custo amortizado é composto por:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Depósitos de clientes e instituições financeiras		
Depósitos interfinanceiros	3.467	3.258
Depósitos a prazo	578.997	453.376
Captações no mercado aberto	988.053	1.034.919
Obrigações por empréstimos e repasses		
Obrigações por empréstimos no exterior	3.068.315	1.363.576
Total	4.638.832	2.855.129

(a) Depósitos de clientes e instituições financeiras

	2018	2017
Depósitos interfinanceiros	3.467	3.258
A vencer após 360 dias	3.467	3.258
Depósitos a prazo	578.997	453.376
De 91 até 360 dias	499.834	200.160
A vencer após 360 dias	79.163	253.216
Total de depósitos	582.464	456.634

Depósitos interfinanceiros, representados por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros com instituições financeiras, foram contratados a taxas que variam entre 98% a 100% do CDI.

Depósitos a prazo, representados por captações em Certificados de Depósitos Bancários, contratados a taxas que variam entre 98% a 103% do CDI, sendo o montante de R\$ 79.163 (2017 – R\$ 52.211) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 18 (a)).

(b) Captações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 988.053 (2017 – R\$ 1.034.919), sendo:

- R\$ 382.129 (2017 – R\$ 191.050) correspondem a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria e a liquidar em 02 de janeiro de 2019, sendo o montante de R\$ 275.068 (2017 – R\$ 191.050) referente a transações com partes relacionadas (nota 18 (a));
- R\$ 151.001 (2017 – zero) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos de terceiros e a liquidar em 02 de janeiro de 2019; e
- R\$ 454.923 (2017 – R\$ 843.869) correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-B e NTN-F.

(c) Obrigações por empréstimos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, referem-se a empréstimos captados no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, com vencimento em até 3 meses, no montante de US\$ 792.563 (2017 – US\$ 412.792), convertido pela taxa SPOT de fechamento equivalente a R\$ 3.068.315 (2017 – R\$ 1.363.576).

15. Outros passivos

A composição que demonstra a classificação dos saldos da rubrica “Outros passivos” no balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Carteira de câmbio (nota 13 (a))	58	76
Obrigações sociais e estatutárias ^(a)	85.000	68.000
Negociação e intermediação de valores (nota 13 (b))	490.447	77.053
Obrigações com partes relacionadas (nota 18 (a))	12.832	15.212
Pagamento baseado em ações (nota 18 (a))	25.914	49.895
Passivos contingentes e obrigações legais (nota 16)	124	114
Diversas ^(b)	137.965	99.217
Total	752.340	309.567

(a) Obrigações sociais e estatutárias

Referem-se a valores a serem pagos a título de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 100.000 (2017 – R\$ 80.000), líquido do imposto de renda retido na fonte de 15% no montante de R\$ 15.000 (2017 – R\$ 12.000) a suas controladoras, The Goldman Sachs Group, Inc. e Goldman Sachs Global Holdings, L.L.C..

(b) Diversas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos estão compostos por:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Provisão para outras despesas administrativas	15.145	21.478
Provisão para despesas de pessoal	119.084	69.939
Credores diversos – país	3.736	5.577
Fornecedores a pagar	-	2.223
Total	137.965	99.217

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

16. Provisão para passivos contingentes e obrigações legais

- **Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível**

Em 31 de dezembro de 2018, o Consolidado figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2018, as contingências trabalhistas classificadas como perda de risco provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos, totaliza R\$ 124 (2017 – R\$ 114).

Apresentamos as movimentações ocorridas no período em relação as contingências registradas:

Contingências trabalhistas	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo Inicial	114	-
Adição	10	1.037
Utilização / Reversão	-	(923)
Saldo Final	124	114

As contingências trabalhistas classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução das ações, totalizam R\$ 6.053 (2017 – R\$ 3.866).

- **Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível**

O Consolidado é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 396 (2017 – R\$ 328); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da venda de ações no IPO da BOVESPA no valor de R\$ 4.603 (2017 – R\$ 3.867); (c) PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. pela Nova Bolsa S.A. no valor de R\$ 12.849 (2017 – R\$ 10.839); e (d) IRPJ relativo aos exercícios de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 7.557 (2017 – R\$ 6.588), atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Ainda, o Consolidado é parte em processo na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que é caracterizado como passivo contingente e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa. O processo envolve PIS e COFINS sobre as receitas de Exportação de Serviços para o período de 31 de março de 2013 à 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 8.818 (2017 - zero).

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2018, por 1.383.596.500 (2017 – 1.383.596.500) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

Não houve movimentação nas quantidades das ações que compõem o capital social nos exercícios de 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(b) Reservas de capital

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Reserva de capital” totaliza R\$ 33.212 (2016 – R\$ 33.212), sendo composta por contribuição ao capital decorrente do pagamento baseado em ações do plano de incentivo de ações e de unidades de ações restritas (RSUs) sobre serviços prestados ao Consolidado por seus colaboradores para os quais não havia acordo de repagamento junto ao The Goldman Sachs Group Inc..

(c) Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Reservas de lucros” totaliza R\$ 324.602 (2017 – R\$ 165.929), sendo constituída por Reserva Legal no montante de R\$ 25.017 (2017 – R\$ 13.138) e Reserva Estatutária no montante de R\$ 299.585 (2017 – R\$ 152.791).

(d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Conforme previsto no estatuto social do Banco e da Corretora, a Diretoria pode declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço. Não foram provisionados dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ainda, por deliberação da Diretoria, o Banco e a Corretora podem pagar ou creditar aos seus acionistas, individualizadamente, juros a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

No exercício de 31 de dezembro de 2018, através da reunião de Diretoria de 24 de dezembro de 2018, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio pelo Banco, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, no montante de R\$ 100.000 (2017 – R\$ 80.000). O impacto fiscal

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 31.500 (2017 - R\$ 25.000), após a compensação do prejuízo fiscal.

18. Transações com partes relacionadas

(a) Empresas controladoras, controladas e outras partes relacionadas

As transações realizadas entre o Consolidado e as partes relacionadas, a saber: com controladores (1), entidades com controle conjunto ou influência significativa (2), controladas (3), coligadas (4), pessoachaves da administração (5), e com outras partes relacionadas (6) estão representadas a seguir:

	2018		2017	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Instrumentos financeiros derivativos	(82.876)	949.324	(91.537)	(1.186.754)
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	-	-	-	15.869
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	7.569	844.976	(89.402)	(1.185.906)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(90.445)	104.348	(2.135)	(16.717)
Negociação e intermediação de valores	352.554	-	88	10.509
Goldman Sachs International (3)	278.409	-	84	9.873
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	74.145	-	4	636
Outros créditos - Diversos	102.073	442.736	88.111	283.888
Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (3)	-	-	281	1.148
Goldman Sachs Asset Management International (3)	2.365	8.953	1.830	9.121
Goldman Sachs Asset Management, L.P. (3)	397	1.505	307	1.529
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)	-	3.193	-	-
Goldman Sachs International (3)	55.124	213.821	44.250	173.303
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	-	-	-	619
Goldman Sachs & Co. LLC (3)	37.634	205.548	37.596	82.717
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	82	850	59	827
J. Aron & Company (3)	86	254	53	11.362
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	642	7.758	407	3.262
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	5.706	616	3.287	-
Outras partes relacionadas (3)	37	238	43	-
Depósitos a prazo	(79.163)	(6.464)	(52.211)	(10.515)
Goldman Sachs & Co. LLC (3)	-	(2.259)	-	-
Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (3)	(2.085)	(124)	(2.002)	(583)
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	(3.193)	(189)	(3.004)	(2.141)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)	(73.885)	(3.892)	(47.205)	(7.791)
Captações no mercado aberto	(275.068)	(15.725)	(191.050)	(10.737)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado –	(275.068)	(15.725)	(191.050)	(10.737)

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Investimento no Exterior Crédito Privado (4)

Valores a pagar por negociação e intermediação de valores	-	-	(32.256)	-
Goldman Sachs International (3)	-	-	(29.112)	-
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	-	-	(3.144)	-
Outras obrigações - Diversas (i)	(38.746)	(288)	(65.107)	(11.249)
Goldman Sachs & Co. LLC (3)	(10.200)	(238)	(13.665)	(6.055)
Goldman Sachs Paris Inc. et Cie. (3)	-	-	-	(4.758)
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	-	-	(307)	(307)
J. Aron & Company (3)	-	-	(726)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(26.231)	-	(50.408)	-
Goldman Sachs Chile Limitada (3)	(107)	-	-	-
Goldman Sachs International (3)	(2.178)	-	-	-
Outros valores a pagar de partes relacionadas (3)	(30)	(50)	(1)	(129)
Juros sobre o capital próprio	(85.000)	-	(68.000)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(84.915)	-	(67.932)	-
Goldman Sachs Global Holdings, L.L.C. (1)	(85)	-	(68)	-
Empréstimos no exterior	(3.068.315)	(363.310)	(1.363.576)	(196.268)
The Goldman Sachs Group, Inc (1)	(3.068.315)	(363.310)	(1.363.576)	(196.268)
Patrimônio líquido - Capital social	(1.383.596)	-	(1.383.596)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(1.382.213)	-	(1.382.213)	-
Goldman Sachs Global Holdings L.L.C. (1)	(1.383)	-	(1.383)	-

(i) Outros valores a pagar referem-se a reembolsos de despesas junto a partes relacionadas, principalmente, o repagamento do plano de incentivo de ações (RSU).

As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

(b) Remuneração de pessoas chave da administração

Para fins de divulgação, são considerados pessoas chave da Administração os diretores estatutários do Consolidado.

	2018	2017
Benefícios de curto prazo – Administradores		
Proventos	26.594	19.760
Encargos sociais curto prazo	8.262	6.053
Benefícios de longo prazo – Administradores		
Pagamento baseado em ações	6.360	5.972
Encargos sociais longo prazo	2.143	2.013

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Benefícios referem-se, principalmente, à férias, décimo terceiro salário, auxílio-creche, assistência médica, vale refeição e alimentação e seguro de vida.

19. Plano de previdência privada e de incentivo de ações

(a) Plano de previdência privada

O Consolidado oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado contribuiu com R\$ 3.247 (2017 – R\$ 2.836) para o fundo de previdência.

(b) Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora do Consolidado, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da *The Goldman Sachs Group, Inc.* (SIP), que prevê, entre outras alternativas, concessões de opções de ações de incentivo e unidades de ações restritas (RSUs).

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo da data da outorga do prêmio. Prêmios de ações que não requerem prestação de serviços futuros são reconhecidos como despesa (ex, prêmios adquiridos, incluindo prêmios concedidos a ex-empregados elegíveis). Prêmios de ações que requerem prestação de serviços futuros são amortizados no decorrer do período do serviço prestado. As prescrições previstas são incluídas na determinação da despesa de pagamento de ações a empregados. As entidades pertencentes ao Consolidado pagam dividendos equivalentes em dinheiro sobre o saldo RSUs.

- **Unidades de ações restritas**

A empresa controladora indireta outorga RSUs para os empregados das entidades pertencentes ao Consolidado de acordo com o SIP, as quais são avaliadas com base no preço de fechamento das ações na data da outorga levando em consideração um desconto de liquidez de quaisquer restrições aplicáveis pós-aquisição de transferência. O direito adquirido sobre as unidades de ações restritas, bem como as ações ordinárias entregues, são concedidas conforme descrito no acordo de RSU, prevendo outorga acelerada em determinadas circunstâncias, tais como, aposentadoria, morte, incapacidade e conflito de trabalho. A entrega das ações ordinárias está condicionada à aquisição de direito dos beneficiários que preencham os requisitos definidos no plano de incentivos.

A movimentação das RSUs para 31 de dezembro de 2018 e de 2017 está demonstrada a seguir:

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

<u>Movimentação pela quantidade de ações:</u>	2018		2017	
	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (Nº de ações)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (Nº de ações)	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (Nº de ações)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (Nº de ações)
Saldo ao final do exercício anterior	21.018	48.640	28.764	90.812
Outorgada ⁽¹⁾⁽²⁾ (<i>granted</i>)	23.375	4.146	15.818	5.130
Prescrita (<i>forfeited</i>)	(328)	(10)	(4.587)	(39)
Entregue ⁽³⁾ (<i>delivered</i>)	-	(42.783)	-	(66.944)
Adquirida por direito ⁽²⁾ (<i>vested</i>)	(24.961)	24.961	(19.668)	19.668
Transferida entrada/(saída) (<i>transfers</i>)	(222)	(3.666)	691	13
Saldo ao final do exercício	18.882	31.288	21.018	48.640

<u>Movimentação pela média ponderada</u>	2018		2017	
	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (Média ponderada)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (Média ponderada)	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (Média ponderada)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (Média ponderada)
Saldo ao final do exercício anterior *	661,86	601,55	481,50	470,29
Outorgada ⁽¹⁾⁽²⁾ (<i>granted</i>)	877,83	929,74	673,94	725,58
Prescrita (<i>forfeited</i>)	713,09	566,34	554,49	433,94
Entregue ⁽³⁾ (<i>delivered</i>)	-	608,20	-	477,06
Adquirida por direito ⁽²⁾ (<i>vested</i>)	723,01	723,01	533,13	533,13
Transferida entrada/(saída) (<i>transfers</i>)	826,94	562,50	584,39	1.409,74
Saldo ao final do exercício *	845,75	738,28	565,35	513,56

* O “Saldo ao final do exercício” para o ano de 2017 difere do “Saldo ao final do exercício anterior” em 2018, para fins dessa divulgação, em função da PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2018 em comparação a PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2017.

- (1) A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de, em reais, R\$ (2017 – R\$ 684,51). O valor justo da RSUs outorgada em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 inclui um desconto de liquidez (liquidity discount) de 9,43% e 11,25%, respectivamente, para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.
- (2) O valor justo agregado das ações com direito adquirido em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ (2017 – R\$ 9.072,34).
- (3) A média ponderada na data de entrega das RSUs entregues em 31 de dezembro de 2018 é de, em reais, R\$ (2017 – R\$ 770,38).

O Consolidado registrou o total de despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseado no preço da data de outorga. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrado na rubrica “Despesas de pessoal” o montante de R\$ 18.622 (2017 – R\$ 20.328) referente a amortização dos

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

prêmios em ações e do efeito da variação cambial calculada sobre o saldo da provisão para pagamento em ações registrada no passivo.

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão em “Outros passivos - Diversas - Valores a pagar a sociedades ligadas”.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 6.164 (2017 – R\$ 5.933), registrado na rubrica “Despesas de pessoal”.

Considerando o contrato de repagamento assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 25.865 (2017 – R\$ 49.895).

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para encargos sociais, registrada na rubrica “Outros passivos – Diversas”, é de R\$ 11.893 (2017 – R\$ 18.928).

20. Receita de juros e similares

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	477.321	-
Títulos e valores mobiliários	227.424	323.660
Operações de crédito	19.971	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.088	67
Aplicações em operações compromissadas	227.838	218.928
Total	477.321	542.655

21. Despesa de juros e similares

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Depósitos interfinanceiros	209	366
Depósitos a prazo	32.783	11.680
Captações no mercado aberto	22.119	136.005
Obrigações por empréstimos e repasses	363.310	196.268
Outros	641	237
Total	419.062	344.556

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

22. Ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Títulos e valores mobiliários	(164.265)	45.933
Títulos de renda fixa	(356.933)	(235.166)
Títulos de renda variável	(89.060)	(10.050)
Lucros na venda de títulos públicos	281.728	291.149
Instrumentos financeiros derivativos	264.161	(170.804)
Operações de <i>swaps</i>	(627.963)	(1.211.985)
Opções de ações e de moedas	35.044	(1.033)
NDF de moedas	615.330	(29.788)
Operações com futuros	242.069	1.071.046
Outros	(319)	956
Total	99.896	(124.871)

23. Receita líquida de comissões e prestação de serviços

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽¹⁾	406.098	247.058
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica ⁽²⁾	100.347	23.358
Rendas de corretagens de operações em bolsas	71.872	53.096
Rendas de administração de fundos de investimentos ⁽³⁾	8.587	4.076
Rendas de comissões de colocação de títulos	5.419	23.565
Total	592.323	351.153

⁽¹⁾ Referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas à partes relacionadas.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 78.480 (2017 – R\$ 5.749) referem-se a rendas de serviços prestados a terceiros. Em 31 de dezembro de 2018, inclui ainda R\$ 21.867 (2017 – R\$ 17.609) referentes a receitas com taxas de *clearing* prestadas a entidades ligadas.

⁽³⁾ Rendas de gestão de fundos de investimentos são compostas, na sua totalidade, por receita com partes relacionadas.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

24. Outras receitas operacionais

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Rendas de aluguéis	-	789
Reversão de MTM	-	1.896
Reversão de provisões	1.082	1.160
Recuperação de encargos e despesas	553	-
Atualização monetária sobre tributos a recuperar	876	2.743
Diversos	4.930	14.272
Total	7.441	20.860

25. Outras despesas operacionais

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Custo das vendas de imobilizado	61	125
Despesas tributárias	59.683	39.156
Total	59.744	39.281

26. Despesas de pessoal

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Proventos	174.796	132.331
Encargos	66.802	55.318
Benefícios e treinamentos	30.826	23.522
Pagamento baseado em ações	18.622	20.328
Total	291.046	231.499

27. Outras despesas administrativas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Serviços do sistema financeiro	29.874	18.394
Aluguel	19.077	18.209
Serviços técnicos especializados	8.585	1.689
Processamento de dados	8.547	8.066
Viagens	8.285	4.793
Serviços de terceiros	5.299	5.096
Depreciação e amortização	5.106	7.398
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	4.053	5.158

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Seguros, vigilância e segurança	4.026	3.558
Materiais, manutenção e conservação de bens	3.849	4.047
Promoções e relações públicas	1.755	1.109
Outras despesas administrativas	10.011	8.555
Total	108.467	86.072

28. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS)

(a) Cálculo do imposto sobre o lucro tributável

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	386.081	386.081	236.780	236.780
Juros sobre o capital próprio	(100.000)	(100.000)	(80.000)	(80.000)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	286.081	286.081	156.780	156.780
Imposto de renda (25%) e contribuição social (20%)	71.520	57.216	39.195	31.356
Diferenças temporárias	8.070	6.455	(26.628)	(21.302)
Diferenças permanentes	(2.794)	(4.929)	1.679	(1.568)
(Constituição)/compensação de prejuízo fiscal de períodos anteriores	(19.847)	-	(2.389)	-
(Constituição)/compensação de base negativa de CSLL de períodos anteriores	-	(14.899)	-	(1.011)
Outros	32	37	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	56.981	43.880	11.857	7.475

A alíquota da contribuição social vigente até dezembro de 2018 era de 20%, passando a ser de 15% a partir de janeiro de 2019.

(b) A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018			2017		
	IRPJ	CSLL	Totais	IRPJ	CSLL	Totais
Diferenças temporárias	83.376	50.025	133.401	42.239	32.527	74.766
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	906	544	1.450	26.173	20.939	47.112
Marcação a mercado negativa – TVM e derivativos	68.026	40.815	108.841	1.509	905	2.414
Unidades de ações restritas – RSU	12.442	7.466	19.908	12.888	9.497	23.385
Remuneração variável	618	370	988	104	735	1.839
Outros	1.384	830	2.214	565	451	1.016
Prejuízos fiscais	5.854	-	5.854	25.701	-	25.701
Base negativa	-	8.140	8.140	-	21.134	21.134
Total de ativos tributários diferidos	89.230	58.165	147.395	67.940	53.661	121.601
Diferenças temporárias	(131.643)	(79.123)	(210.766)	(93.251)	(63.854)	(157.105)
Marcação a mercado positiva – TVM e derivativos	(129.858)	(77.915)	(207.773)	(93.251)	(63.854)	(157.105)

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Outras provisões – Patrimônio líquido	(1.102)	(661)	(1.763)	-	-	-
Outros	(683)	(547)	(1.230)	-	-	-
Total de passivos tributários diferidos	(131.643)	(79.123)	(210.766)	(93.251)	(63.854)	(157.105)
Total de ativos e passivos tributários diferidos	(42.413)	(20.958)	(63.371)	(25.311)	(10.193)	(35.504)

Uma vez atendidos os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, quais sejam: (i) histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos; no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Consolidado reconhece ativos tributários diferidos sobre imposto de renda e contribuição social relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, nos montantes de R\$ 89.230 e R\$ 58.165, respectivamente. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 147.395 é estimada em 19% no 1º ano, 25% do 2º ao 4º ano, 43% no 5º ano e 13% do 6º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base nas taxas médias de captação da instituição, monta R\$ 62.939 e R\$ 41.795, respectivamente. O valor de crédito tributário não ativado sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda monta a R\$ 4.870 (2017 – R\$ 4.870).

Em 31 de dezembro de 2018, os passivos tributários diferidos totalizam R\$ 210.766 (2017 – R\$ 157.104).

(c) Alíquotas efetivas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro líquido antes da tributação	386.081	236.780
Impostos de renda e contribuição social	128.134	40.727
Alíquota efetiva	-33%	-17%

(d) Impostos correntes

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Imposto e contribuições sobre lucros ⁽¹⁾	13.279	-
Impostos sobre serviços de terceiros	15.693	330
Imposto e contribuições sobre salários	7.840	4.613
Outros	7.762	6.163
Total	44.574	11.106

⁽¹⁾ Para fins de apresentação do balanço patrimonial o saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar, no montante de R\$ 13.915 (2017 - R\$ 14.402) foi compensado contra o saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar, conforme requerido pelo IAS 12.

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(e) Impostos diferidos

Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste a valor de justo de instrumentos financeiros no montante de R\$ 63.371 (2017 – R\$ 40.194) e aos ajustes temporários decorrentes das práticas contábeis emitidas pelo Banco Central do Brasil e as normas em IFRS.

29. Compensação de ativos e passivos financeiros

Os saldos não compensados no balanço patrimonial consolidado comparando a posição da contraparte (a compensação de ativos e passivos financeiros para uma determinada contraparte existe quando há um direito legal de compensação sob um acordo) e as garantias recebidas incluídas no contrato de crédito que não atendem aos critérios de compensação de acordo com o IFRS.

Nos casos em que o Consolidado recebeu ou incluiu garantias nos contratos de crédito, mas ainda não determinou se tais contratos são executáveis, a garantia relacionada não foi incluída nos montantes não compensados nos balanços patrimoniais consolidados.

Apresentamos abaixo as posições para 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 antes de compensação:

	31 de dezembro de 2018					Total
	Montante bruto ativos financ. reconhecidos	Montante bruto - reconhecido de forma líq. no BP	Montante líq. ativos financ. apresentados no BP	Montante relacionado não compensado no BP		
				Instrum. financ.	Garantias recebidas	
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	4.288.370	3.036.884	2.813.739	1.240.456	-	2.813.739
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(5.715.884)	(3.073.813)	(4.252.282)	(2.642.029)	-	(4.252.282)

	31 de dezembro de 2017					Total
	Montante bruto ativos financ. reconhecidos	Montante bruto - reconhecido de forma líq. no BP	Montante líq. ativos financ. apresentados no BP	Montante relacionado não compensado no BP		
				Instrum. financ.	Garantias recebidas	
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	3.624.807	3.406.013	833.479	275.335	-	833.479
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(4.066.554)	(3.546.423)	(1.275.174)	(520.131)	-	(1.275.174)

* * *